



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

A Historicidade da Mulher que Cometeu Homicídio

Tiago de Castro Freire Sanchez Jorge

Mestrado em Ciências Policiais na especialização

Criminologia e Investigação Criminal

2022

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Tiago de Castro Freire Sanchez Jorge

A Historicidade da Mulher que cometeu Homicídio

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Criminologia e Investigação Criminal.

Orientadora: Prof. Doutora Vera Mónica da Silva Duarte

LISBOA, 2022

*“(...) I wanted to play tough
Thought I could do all just on my own
But even Superman
Sometimes needed Superwoman's soul*

*(...)
When the fear comes and I drift towards the ground
I am lucky that you're around...”*

(Sia)

À Isabel, a minha Mulher

AGRADECIMENTOS

Antes de mais quero agradecer a Deus pela perseverança, coragem que me deu ao longo do caminho e principalmente pelas pessoas que colocou à minha volta e que fizeram de mim aquilo que sou hoje. Um dia alguém me disse que o mais importante na construção de uma casa são os alicerces nos quais ela se suporta. Em paralelo com esta ideia quero agradecer a algumas pessoas fundamentais no meu percurso.

Um obrigado especial à minha Mulher, a minha Isabel que decidiu partilhar comigo este caminho. Pela motivação, dedicação, encorajamento e por estar lá sempre, quer caia a maior tempestade ou brilhe o sol mais radiante.

À minha Mãe, que espero deixar orgulhosa a cada passo que dou. Onde quer que esteja, espero que veja que pratico tudo o que me ensinou, e que trago em mim a sua alegria de viver.

À minha Tia Madalena e à minha irmã Teresa, pela força, determinação e carácter. Pelos valores e princípios que me transmitiram e por me mostrarem que, mesmo diante de adversidades, o caminho é em frente.

À minha Madrasta Isabel, e à minha irmã Beatriz, pela compreensão e apoio que sempre me deram ao longo da vida.

Aos meus Sogros, Francisca e Romão pelo carinho, constante apoio, e por me terem acolhido sempre como um filho.

À Professora Doutora Vera Duarte, pela dedicação e empenho e por toda a ajuda que, ao longo da construção deste documento, me prestou. À Dra Conceição Vieira, Subdiretora do Estabelecimento Prisional de Tires, bem como a toda a equipa e Guardas que me acolheram. E por fim, mas não menos importante, a todas as participantes, que com as suas histórias de vida me ajudaram a desenvolver o presente trabalho.

RESUMO

A presente investigação tem como objetivo principal a exploração e compreensão das experiências subjetivas de mulheres que se encontram detidas pelo crime de homicídio. Foi utilizada uma metodologia qualitativa através do método fenomenológico de Amadeo Giorgi que permitiu estudar a historicidade da vida de quatro mulheres, através de entrevistas semiestruturadas, e alcançar uma descrição final com constituintes essenciais e invariáveis, comuns na vida das participantes, que, eventualmente, terão condicionado as suas ações. Os resultados indicam que o significado da experiência está associado a três grandes sistemas: A família de origem (com os constituintes relativos à normalização da violência na educação, a família como espaço de boas memórias, um perda significativa na família), a família escolhida (experiência de violência doméstica) e a dimensão do Eu (Embotamento afetivo, com dificuldades em partilhar o sofrimento que estavam a viver nas suas relações e a presença constante do medo).

Palavras-chave: *Historicidade, Mulheres Homicidas, Experiência subjetiva, Método Fenomenológico Descritivo.*

ABSTRACT

The main objective of the present investigation is to explore and understand the subjective experiences of women who are detained for the crime of homicide. A qualitative methodology was used through the descriptive phenomenological method of Amadeo Giorgi, which allowed us to study the historicity of the lives of four women, through semi-structured interviews, and to reach a final description with essential and invariable constituents, common in the lives of the participants, which, eventually, will have conditioned their actions. The results indicate that the meaning of the experience is associated with three major systems: The family of origin (with the constituents related to the normalization of violence in education, the family as a space for good memories, a significant loss in the family), the chosen family (Experience of domestic violence) and the dimension of the Self (Affective dullness, with difficulties in sharing the suffering they were experiencing in their relationships and the constant presence of fear).

Keywords: *Historicity, Homicide Women, Subjective Experience, Descriptive Phenomenological Method.*

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	IV
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
INTRODUÇÃO	1
Capítulo I	5
1.1 – Historicidade: Contextualização do conceito	5
1.2 – Um breve olhar sobre as teorias explicativas do crime no feminino	7
1.2.1 – Perspetivas clássicas.....	8
1.2.2 - A importância das teorias sociológicas do século XX: contributos para a invisibilização da mulher no crime.....	12
1.2.3 - Teorias Feministas.....	16
1.3 – Enquadramento de estudos sobre homicídios cometidos por mulheres	19
1.3.1 – Homicídio	19
1.3.2 – Estudos sobre homicídio no feminino.....	20
CAPÍTULO II	23
2.1 - Metodologia	23
2.1.1 - Investigação qualitativa	23
2.2 - Método Fenomenológico.....	25
2.2.1 - Método Fenomenológico de Giorgi	27
2.2.2 - Método Fenomenológico – Descrição	28
2.3 - Objetivos do estudo	32
2.3.1 - Participantes	32
2.3.2 - Procedimentos	33
2.3.3 - Material.....	34
2.3.4 - Entrevistas.....	34

Capítulo III	36
3.1 - Resultados	36
3.1.1 - Constituintes essenciais da experiência.....	36
3.2 - Estrutura.....	46
3.2.1 - Estrutura 1 (P1)	46
3.2.2 - Estrutura 2 (P2 e P3)	46
3.2.3 - Estrutura 3 (P4)	46
3.3 – Variações das estruturas 1, 2 e 3	47
Capítulo IV	49
4.1 - Discussão	49
4.1.1 - Família de Origem	49
4.1.2 - Família escolhida	52
4.1.3 - A Dimensão do Eu	54
<i>Conclusões</i>	57
Limitações e propostas de investigação futura.....	58
Implicações do Estudo.....	60
Bibliografia	62
ANEXOS	69

Índice de Anexos

Anexo 1 – Carta enviada à DGRSP	70
Anexo 2 – Carta resposta DGRSP.....	71
Anexo 3 – Esboço entrevista.....	73
Anexo 4 – Formulário de Consentimento Informado	74
Anexo 5 – Declaração de Consentimento de participação na entrevista.....	75
Anexo 6 – Análise das entrevistas.....	Erro! Marcador não definido.

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Constituintes essenciais da experiência relativos à normalização da violência na educação;	38
Tabela 2 – Constituintes essenciais da experiência relativos à experiência de violência doméstica;.....	38
Tabela 3 – Constituintes essenciais da experiência relativos à figura materna ausente ou negligente;	39
Tabela 4 – Constituintes essenciais da experiência relativos à experiência de abandono;	40
Tabela 5 – Constituintes essenciais da experiência relativos ao embotamento afetivo;.....	41
Tabela 6 – Constituintes essenciais da experiência relativos à melhor memória sempre ligada à família;	42
Tabela 7 – Constituintes essenciais da experiência relativos a uma perda significativa na adolescência/ início da idade adulta;	43
Tabela 8 – Constituintes essenciais da experiência relativos à falta de capacidade para partilhar o sofrimento que estavam a viver nas suas relações;.....	44
Tabela 9 – Constituintes essenciais da experiência relativos à pouca capacidade de socialização e não aceitação por parte dos pares/fraca rede de suporte;.....	44
Tabela 10 - Constituintes essenciais da experiência relativos à verbalização da presença do medo;.....	45

INTRODUÇÃO

“A vida deu-me asas e eu voei
Mesmo quando nada tava bem
Fui atrás, tentei
A vida deu-me asas e eu voei
Eu sei aquilo q passei
Sou aquilo que passei”

Pedro Bispo

Se se quiser desapropriar um povo, a forma mais simples de o fazer é contar a sua história, e começar por “Em segundo lugar” (Adichie, 2009). Ao cometer um crime, o ofensor traça o seu caminho no sentido de personificar os conceitos que daquele ponto o definem: ladrão, agressor, assassino, violador, entre outros. Contudo, no momento em que lhe apontamos o dedo, petrificamos uma história vivida e sentida até àquele momento, ficando efetivamente para segundo plano essa mesma história.

Tudo acontece por uma causa, não sendo o acaso a explicação para os acontecimentos. A presente dissertação surge como requisito para a obtenção do grau de mestre em ciências policiais, na área de especialização em criminologia e investigação criminal, pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, e pende para o aprofundamento da história vivida por Mulheres até à ocorrência de determinada ação, a saber, o crime de homicídio. Numa lógica de afunilamento do objeto estudado e avançando sobre as motivações que levaram à escolha do tema, há que referir o interesse do aluno em compreender e explorar o conhecimento relativo à prática do homicídio no feminino. Noutras palavras, o que terá acontecido na vida destas Mulheres até ao momento em que praticaram um ou mais homicídios.

Enquadrando o percurso que até aqui nos trouxe, movidos pelo princípio referido por Eco (2015) de que, para a elaboração de uma dissertação de mestrado é necessária a existência de um candidato movido por um interesse qualquer e de um docente disposto a interpretar e acompanhar as suas exigências, importa não só delimitar o norte como também identificar a rota já traçada até ao momento.

Antes de seguirmos para a exposição do percurso tomado, há que enquadrar a importância do tema no âmbito da criminologia. Segundo Dias e Andrade (2013), a Criminologia surge como a ciência das causas do crime e dos efeitos das penas, baseada na análise da realidade. Mais especificamente, segundo a conceção clássica de Sutherland *et al* (1992), é o conjunto de conhecimento sobre o crime enquanto fenómeno social, e inclui os processos de elaboração das leis, de infrações a essas leis e de reação às infrações das leis, ocupando-se também da extensão do fenómeno criminal. Podemos considerar, então, que a Criminologia se debruça sobre o crime e o delinquente enquanto fenómeno individual e social.

Atendendo ao que Mauss (1947), nos refere relativamente ao facto de todo o comportamento se enquadrar num determinado grupo ou sociedade, se olharmos para esta relação dinâmica, complexa e composta por várias dimensões, partir com base na criminologia, enquanto ciência holística, trará um olhar mais composto da realidade total.

Outro aspeto relevante para o presente estudo é o carácter empírico, indutivo e aberto da criminologia que, não estando direccionado para as verdades absolutas, permite através dos dados produzidos intervir a um nível micro, adaptado a grupos mais específicos, de tal é exemplo o objeto de estudo da presente investigação.

Cientes do ponto de partida, em poucas palavras, refletindo acerca da rota que até aqui foi percorrida, importa dissecar em três grandes focos o tema que nos move, a história individual de cada indivíduo, a criminalidade feminina e a prática de homicídio. Desta forma, importa referir a experiência base do investigador, na área social, mais circunstanciadamente na sua prática profissional enquanto assistente social, e a sua experiência de campo no trabalho com indivíduos que ao longo do seu percurso perderam o norte e seguiram por caminhos, infelizmente já antes navegados. Quanto ao tema do crime no feminino, o mesmo surge à boleia do aprofundamento dos trabalhos de Cesare Lombroso, na unidade curricular de criminologia, no primeiro ano do presente mestrado. E, por fim, o crime de homicídio (no caso, praticado por Mulheres), pois ao longo dos últimos anos na comunicação social, surgem cada vez

mais casos mediáticos que envolveram a prática deste delito por Mulheres. Contudo, nem só de vontades vive o Homem, e há que sustentar com matéria o que de empírico aqui nos trouxe.

Ao longo da pesquisa bibliográfica realizada, foi possível perceber-se não só a ausência de estudos empíricos que sustentam a literatura relativa aos temas expostos como também a vetusta literatura que até aos dias de hoje enquadra o crime no feminino (Smart, 1976; Giordano *et al.*, 2002; Machado, 2008; Duarte, 2012, entre outros). Embora tenham surgido estudos mais atuais, no âmbito do conhecimento da criminalidade feminina, nenhum reflete acerca do conceito fundamental que nos propomos estudar, a historicidade.

Calixto (2016), no seu estudo sobre a posição da mulher no crime, refere a importância da realização de um estudo fenomenológico, que aprofundasse a biografia de mulheres detidas, não em exclusivo pelo crime de homicídio, mas no geral. Cláudio (2016) lança a necessidade de se compreender a pessoa e o seu contexto antes do crime, contudo, e não retirando a agencialidade devida do perpetrador, são duas realidades indissociáveis. O mesmo autor conclui a ideia referindo que apenas conhecendo estas duas esferas, a pessoa e o contexto, se poderá intervir em plenitude.

Neste sentido, e lançado o mote no parágrafo anterior, surge o presente trabalho que se propõe compreender e explorar a historicidade de uma amostra de reclusas que se encontram a cumprir pena de prisão no Estabelecimento Prisional de Tires, pelo crime de homicídio. Sustentada no método fenomenológico de Amadeo Giorgi, a presente investigação será realizada através de entrevistas semiestruturadas, sendo posteriormente analisadas à luz do referido método. O método fenomenológico permitirá uma aproximação mais real às histórias vividas e sentidas pelas participantes, narradas pelas próprias, atentando a situações concretas da sua historicidade, desde o momento em que nasceram até a um determinado momento das suas vidas, que neste caso será o momento do crime. Após a realização e análise das entrevistas, o objectivo que nos propomos atingir será apurar se existem pontos de toque na historicidade das mulheres entrevistadas.

A presente investigação organiza-se em quatro capítulos, no primeiro propomos-mos fazer uma aproximação ao conceito de historicidade, bem como à visão de alguns autores fundamentais. Num segundo ponto faremos uma breve incursão histórica pelas teorias explicativas do crime no feminino, e a exposição do panorama português face aos números da criminalidade feminina. No segundo capítulo será feito o enquadramento metodológico. O terceiro e quarto capítulos correspondem à exposição dos resultados e discussão dos mesmos, pela referida ordem.

Capítulo I

1.1 – Historicidade: Contextualização do conceito

Segundo Carvalho Teixeira (1997), o conceito de historicidade remete-nos para as vivências de cada história singular e em como essas vivências condicionam aquilo que somos e as escolhas que fazemos. Se, por um lado, os genes dizem muito sobre cada indivíduo, tal como nos refere Cláudio (2016), por outro, o meio no qual nascemos, crescemos e vivemos também nos caracteriza. E é esta “materialidade” que nos envolve, através das relações sociais e sociológicas que vão moldar a forma que vamos atuar, ou seja, segundo Carvalho Teixeira (1997), a época histórica em que vivemos, o conjunto social e as condições materiais e psicológicas da nossa família é que vão ajudar a compor a nossa estrutura de escolha, simbolizando estas as determinantes antropológicas. Escolha intencional ou não, a nossa base irá sempre remeter-nos a nós próprios para segundo plano e como que deixar a nossa história escolher por nós.

Segundo Ricouer (2007), não há melhor símbolo para nos referirmos às teses Heideggerianas senão o calendário e o relógio. Ambos são fundamentais para a história e para a atividade histórica. Na sequência importa agora focar olhares no conceito de historicidade. Como analogia, podemos olhar para trás e ver o caminho percorrido, somos aquilo que fizemos e que fizeram connosco.

Heidegger (2005), refere-nos que compreender a vida na sua dimensão histórica significa compreender as vivências que marcaram a história de vida de cada indivíduo. O contexto de vida compreende uma sequência de vivências no tempo, vivências essas que apenas se tornam reais no agora, e o seu conjunto forma a história pessoal.

Historicidade remete-nos então para a origem histórica de nós mesmos e de como nos desenvolvemos através da nossa história, tanto ao nível de conceitos como de práticas e de valores. A Historicidade insere-se numa temporalidade inscrita num tempo histórico, o que remete para a sua própria finitude. Quer isto dizer, que a condição da existência humana, embora comprometida no tempo e solidária com o passado, dele se

liberta e se projeta livremente na direção do futuro, mediante as escolhas e circunstâncias que vão sucedendo ao longo do nosso projeto existencial de vida.

Assim sendo, propomo-nos utilizar a história individual, através do princípio da historicidade, e transformá-la num objeto de estudo científico, passível de ser aqui analisado.

Segundo McAdams (1997), uma história é uma interpretação do passado à luz do caminho que se percorreu. Uma história é o conjunto de eventos e mudanças que levaram a uma quantidade de coisas subsequentes. E, se esse estado de coisas subsequentes é o estado de coisas atual, então pode compreender-se como o passado levou até ao momento presente.

Assim sendo, tal como nos refere Heidegger (2005) na sua obra *Ser e Tempo*, a historicidade é o modo de ser da história e do seu enraizamento na temporalidade, donde e de que forma é que eu, enquanto *ser no mundo*, apreendi a minha história e o que é que eu faço com essa mesma história, no meu *modo de ser* no mundo, no *momento presente*.

Ao longo da história, várias foram as abordagens e olhares sobre a prática de crimes no feminino, propomo-nos no momento seguinte fazer uma pequena incursão pela evolução do olhar científico da criminalidade feminina, e perceber de que forma foi concebido o crime feminino perante os olhares científicos.

1.2 – Um breve olhar sobre as teorias explicativas do crime no feminino

Tal como nos mencionam várias referências, nomeadamente Matos & Machado (2007), as pesquisas relacionadas com a criminalidade feminina, foram consideradas durante muito tempo escassas face aos estudos realizados com base na criminalidade masculina. Embora desde então se tenham vindo a desenvolver vários estudos nesse sentido, surge, sempre, a necessidade de serem criados novos paradigmas criminológicos específicos que descrevam a realidade de diferentes perspetivas.

Foucault (1994), enquadra o papel da mulher, numa sociedade patriarcal, remetida para o seio familiar, vista como o pilar invisível da família, como a contentora de conflitos, com um papel paralelo à regra. Considera ainda, a figura feminina como uma figura pouco vista, também, nos estudos do crime, que é remetida para as sombras, sombras estas construídas pelas figuras masculinas, pelo que o objeto de estudo da criminalidade feminina nunca se constituiu como uma área sólida dentro da criminologia (Matos, 2006).

Para esta ideia, contribuiu o facto de os números de mulheres detidas serem muito baixos, não havendo consenso sobre se isso se deve ao facto das mulheres delinquirem menos ou se por terem sido invisibilizadas do mundo do crime (Duarte, 2012), e o facto de serem poucos os criminólogos a estudar a desviância feminina, pelo que os seus estudos dificilmente têm tanta expressão como os estudos sobre a delinquência masculina (Heidensohn, 1985).

Segundo Smart (1976), para além de se ignorar a especificidade do crime feminino, foi produzida uma teoria generalista a ambos os géneros, estando esta ideia conectada com a “irrelevância” das estatísticas do crime praticado pelas Mulheres. Na mesma linha de pensamento, Giordano *et al* (2002), relevam a necessidade de estudos relativos à transgressão feminina devido à correlação que existe entre comportamento desviante e género masculino e por haver uma ideia dominante de que a mulher não comete crimes.

Mais recentemente, Duarte (2012) refere que argumentar a invisibilidade a que a delinquência feminina tem estado votada é um dos principais desafios que este tema coloca e que aqui devemos introduzir. A mesma autora (Duarte, 2015), acerca da criminalidade feminina, aponta para o risco em não questionarmos a natureza fluída e a tendência para a naturalização de certos objetos sociais, que encerram uma multiplicidade de expressões e de leituras complexas.

Lima *et al* (2017), citando vários autores como, Becker, Gottfredson e Bachman, referem que existe uma direção para abordar os determinantes da entrada no mundo do crime, focalizando-se numa dimensão micro-sociológica que aponta para as características idiossincráticas e para as motivações dos sujeitos que realizam os delitos. Estas características, que podemos considerar como a singularidade da história de cada um, enunciadas pelos autores, são os elementos biopsicológicos, a estrutura cerebral, os traços de personalidade e temperamento, os *backgrounds* cognitivos, e os elementos de decisão racional dos próprios indivíduos.

Coadunadas as anteriores marés, da necessidade levantada por vários autores, bem como do aumento da criminalidade feminina, ergue-se a pertinência do presente trabalho. Neste sentido, pretende sair-se da perspetiva explicativa e ir mais além, direcionando-se para uma compreensão do fenómeno, focalizando o *como* (como chegou esta pessoa a cometer o crime) e não o *porquê*. Desta forma, seguiremos então o curso histórico acerca da presença do estudo do crime no feminino

1.2.1 – Perspetivas clássicas

Como nos refere Ishiy (2014), as primeiras construções teóricas sobre a criminalidade feminina assomam em paralelo com o surgimento do próprio poder punitivo estruturado, confundindo crime e pecado. Nesta perspetiva, o comportamento delinquente era explicado pela perspetiva da tentação, na qual o ser humano se movia por impulsos externos, e pela perspetiva da possessão, na qual os agentes do crime eram vistos como estando possuídos por espíritos e demónios. Assim, aquando da

prática de um crime, a Mulher era vista como bruxa ou feiticeira e era torturada e queimada como forma de punição. Como exemplo crasso surge a obra *Malleus Maleficarum* em 1487, escrita por Heinrich Kraemer e James Sprenger, que segundo Mendes (2012) simbolizava uma espécie de código penal à época onde a mulher era tida como um ser irracional movido a paixões.

Posteriormente a esta obra, surge historicamente um *gap* muito grande na construção discursiva criminológica sobre a Mulher, havendo apenas um discurso a ser produzido no século XIX, já sob o enquadramento da escola positivista.

O surgimento da Escola Positivista influenciada, segundo Cusson (2011), por Charles Darwin e Auguste Comte, altera o paradigma da Escola Clássica, baseado na dedução lógica para um conhecimento fundado na experimentação e observação, sedimentadas no método experimental (Dias e Andrade, 2013). Nesta medida, segundo Matos & Machado (2006), o crime passa a ser visto como resultado de características individuais, inerentes à natureza feminina, afetadas por fatores socioeconômicos, culturais ou políticos. É proposta ainda uma dicotomia entre a Mulher normal, que cumpre a regra, e a Mulher má, a desviante.

As pesquisas desenvolvidas por Cesare Lombroso, sobre os aspetos antropológicos e psicológicos do crime, representam o início dos estudos etiológicos do crime e do pensamento criminológico da escola positivista italiana (Cusson, 2011). Juntamente com Ferri e Garofalo, Lombroso foi de extrema importância para a evolução do conceito da criminologia, uma vez que cada um dos autores procurou explicar o crime a partir das suas áreas de formação: Lombroso trouxe o fator antropológico, Ferri associou os fatores sociológicos do indivíduo, e por fim Garofalo adicionou o fator psicológico (Andrade e Dias, 2013).

É no seguimento dos estudos desenvolvidos por Lombroso (1896) que surgem as primeiras teorias femininas explicativas do crime, nomeadamente através de fatores biológicos e psicológicos. Na obra “*A Mulher Delinquente*” de 1896, juntamente com Ferrero, Lombroso faz referência ao estudo das características antropométricas

relativas ao crânio de mulheres prostitutas e mulheres presas, e de cadáveres de mulheres não criminosas. Para além disso, é também referido o tamanho dos membros superiores e inferiores, cujas teorias afirmam que existem criminosas natas e o seu comportamento só teria a ver com as suas características físicas e biológicas, não existindo qualquer influência social, explicando assim o crime através do atavismo (Lombroso & Ferrero, 1896).

No estudo realizado, às mulheres mais “deformadas” (assimetria craniana e facial; mandíbula proeminente; estrabismo; dentes irregulares; clitóris pequenos; sexualidade exacerbada e grande perversão) seriam as que tinham mais propensão à prática do crime. Em oposição, as mais bonitas não teriam esta propensão bem como as mulheres que tinham responsabilidade doméstica não estariam tão expostas a transformações degenerativas, logo haveria menos crimes cometidos por mulheres e os que ocorriam eram considerados levianos como adultério, difamação ou cúmplice de outros criminosos.

Para outros autores, os principais sentimentos que levavam as mulheres a ter uma conduta criminosa seriam a vingança e o ódio (Ishiy, 2014). Para além do exposto, Lombroso e Ferrero fazem ainda uma classificação das mulheres em 3 tipos: as normais, as prostitutas e as criminosas, sendo que o grupo das criminosas era subdividido em: criminosas natas, ocasionais, histéricas, passionais, suicidas, loucas e epiléticas (Lombroso & Ferrero, 1896). Nas conclusões do seu estudo, concluem que a Mulher tem mais tendência a ser ofensora ocasional do que nata. Contudo, apesar de cometer menos crimes, quando os comete, a mulher tende a ser mais severa e perigosa do que o homem. Para além disso, tal como nos refere Matos (2006), os autores definiram que a Mulher criminosa sofreu um processo de “masculinização” demarcando-se do que era normal tornando-se numa aberração que assume comportamentos masculinos.

Por fim, segundo Faria (2008), Lombroso ao utilizar os fatores biológicos e psicológicos exclui qualquer abordagem que ligue a perpretação do crime a fatores

sociais externos ao indivíduo, chegando a afirmar que a criminalidade era um processo hereditário passado entre gerações.

Assente no empirismo, tendo um criminoso como objeto de estudo e norteadas pelo princípio do determinismo ao invés do livre arbítrio, a Escola Positivista presta um grande avanço, destacando-se da crença e do mito, a mulher criminosa passa a ser vista não como um ser sobrenatural, mas como um ser terreno embora com características físicas ou psicológicas específicas. Segundo Heidensohn (1985), apesar de muito criticadas, as teorias de Lombroso viriam mais tarde a ser a base das abordagens posteriores no que toca à explicação do crime no feminino. Segundo vários autores, muitas das críticas apontadas às teorias de Lombroso prendem-se não tanto com os argumentos propostos, uma vez que teriam de ser avaliadas mediante o contexto sociocultural da época, mas à ausência do rigor científico nas avaliações realizadas.

Mais tarde, surge Freud (Matos, 2006), com a teoria do desenvolvimento psicosssexual, na qual afirma que as mulheres sentem inveja do símbolo fálico dos homens, o qual significa poder, simbolicamente falando. Para além disso, numa época em que o género masculino domina a sociedade, dando lugar às mulheres a um “complexo de castração”, pois sentem-se frustradas e desajustadas à sociedade, predominantemente masculina. O autor refere-se ainda ao “complexo da masculinidade e feminilidade”, segundo o qual surge em todas as raparigas na adolescência e que, se não fosse controlado, levaria a mulher a ter fortes probabilidades de delinquir. Há também uma explicação dos comportamentos delinquentes por parte das mulheres, como sendo patologias desenvolvidas na relação com a mãe. Pois, se a mulher era má mãe, isso devia-se à negligência à qual esta teria sido exposta enquanto criança.

Um outro contributo importante nesta discussão é o de Otto Pollak (1950), referindo que a mulher adota comportamentos desviantes devido a três fatores específicos: a fraqueza física, na medida em que a Mulher assume estratégias diferentes na prática dos delitos, o desenvolvimento fisiológico, com questões ligadas à menstruação e implicações psicológicas trazidas pelas questões do ciclo reprodutivo. Esta ideia

continua a ter uma clara influência das teorias biológicas, baseando-se nas idas teorias de Lombroso.

Segundo Matos (2006), as ideias de Pollak (1950) surgem como uma ligação entre o ideal positivista e as teorias que viriam a surgir mais tarde enquadradas na sociologia, na medida em que estas têm um carácter mais crítico, assemelhando-se às teorias sociológicas, mas seguem a mesma tendência biológica do fenómeno criminal.

Em jeito de síntese, há a considerar a tendência da escola positivista em considerar o crime feminino como uma resposta a quatro características individuais das Mulheres: a biologia, a sexualização, a patologização e a masculinização. Matos (2006) ao abordar esta questão refere a dicotomia entre o controlo social informal, público e privado exercido pela família. Destaca também o rígido controlo exercido à sexualidade feminina, que marca o controlo social em função do género. Por fim, a autora aponta ainda para o controlo do comportamento feminino através da patologização do desvio e através do medo da agressão masculina.

Não esquecendo o seu carater impulsionador, são apontadas críticas às teorias de Lombroso, nomeadamente a ausência de rigor científico nas avaliações do autor (Heidensohn, 1985).

1.2.2 - A importância das teorias sociológicas do século XX: contributos para a invisibilização da mulher no crime

Importa referir, antes de mais, que apesar do desenvolvimento das teorias gerais explicativas do crime evoluírem num determinado tempo e sentido, as teorias explicativas do crime no feminino têm um tempo próprio que muitas vezes não corresponde às teorias explicativas do crime no masculino.

Na entrada do século XX, mais pormenorizadamente a partir dos anos 30, surgiram as teorias sociológicas que evidenciaram a envolvimento social dos indivíduos e, em

especial no caso das mulheres, pela envolvimento familiar. Esta abordagem deve-se principalmente ao surgimento da Escola de Chicago que veio contrapor-se às teorias do positivismo italiano, referindo, segundo Dias e Andrade (2013), que o objeto de estudo já não é o indivíduo, mas sim a relação que este estabelece com a sociedade na qual está inserido, passando o crime a ser estudado como um comportamento humano e fator social (Becker, 1996). Segundo Matos (2006), podemos evidenciar dois momentos distintos nas teorias sociológicas em que se observa uma clara rutura entre a escola positivista (em que foram realizados estudos centrados na família e na conformidade aos papéis de género, centrando-se aí as causas da transgressão feminina) e as novas abordagens sociológicas, enquadradas na criminologia crítica (divergindo das primeiras tanto a nível metodológico como conceptual). Howe (2001), refere que apesar do surgimento de novas perspetivas sociológicas relativamente às teorias explicativas do crime, a questão da Mulher no crime continua sem merecer muita atenção nem relevância nos estudos realizados. O autor justifica este fenómeno remetendo para o facto deste crime ocorrer numa escala muito inferior ao crime masculino. O interesse pelo crime feminino surge assim de uma forma por oposição: *porque é que as mulheres cumprem mais as normas que os homens?* (Matos, 2006).

Neste sentido, num primeiro momento, segundo Matos (2006), Merton e Hirsch com as Teorias da Anomia e do Controlo Social, respetivamente, foram os desencadeadores do movimento. A teoria da anomia de Merton explana que a cultura particular de cada sociedade impõe certos objetivos económicos aos indivíduos. Porém, as oportunidades económicas não são igualitárias para todos os indivíduos, o que provoca frustração, e já que não conseguem alcançá-los por meios legítimos tentam alcançá-los por meios ilícitos. Já Hirsch (cit in Matos, 2006), vem explicar as causas do crime, alocando-as na sociedade, inserindo-as numa linha etiológica da sociedade. O autor recorre ao pensamento de Durkheim, na medida em que considera que o indivíduo comete o delito quando há uma rutura ou enfraquecimento dos laços sociais. Nesta medida, o autor refere que as mulheres delinquem menos, porque têm mais capacidade para se adaptar às normas do que os homens, os quais com a sua agressividade natural e pouca resiliência, não sabem lidar com a frustração acabando por cometer comportamentos desviantes (Tieger, 1993).

A denominada Sociologia Criminal (Dias & Andrade, 2013) passa a encarar, o crime como um fenómeno coletivo, determinista e previsível, atribuindo as suas causas a fatores sociais causados pelas instâncias informais de controlo.

Outras foram as teorias que sob o guarda chuva da sociologia criminal teceram argumentos sobre a motivação da prática do delito, entre elas a teoria da associação diferencial de Sutherland e a teoria da conformidade de Merton. Estas, segundo Costa (2013), apresentavam não só a dinâmica relacional do homem inserido numa sociedade, mas a forma como ele se relaciona com o mundo que o rodeia e de que forma isso o influencia. Mas as mulheres continuavam invisibilizadas destes estudos.

Em 1960, em diálogo opositor à teoria da associação diferencial de Sutherland, que nos diz que é durante o desenvolvimento do indivíduo aquando do seu processo de socialização que surgem oportunidades de praticar comportamentos que não respondem à norma, surge Walter Reckless com a teoria da contenção. Esta nova teoria aponta, segundo Cusson (2011), para a aquisição do comportamento desviante numa relação dinâmica com o meio que envolve o indivíduo. Neste sentido, de acordo com o autor, se o exemplo for a norma, o indivíduo cumprirá a norma, mas se o exemplo for o desvio, o indivíduo cumprirá o desvio. Quanto mais exposto estiver o indivíduo ao desvio, maior a probabilidade de este vir a delinquir.

Contudo, segundo Dias e Andrade (2013), Walter Reckless vai mais longe numa crítica às considerações tecidas pela escola positivista e pela sociologia criminal, referindo que a opção pela prática de um crime não é tão linear assim, e que perante a mesma situação, indivíduos podem ter uma resposta diferente. Segundo o autor, existem variáveis individuais às quais chama *self factors* que não são mais do que as idiosincrasias do indivíduo. Independentemente do contexto, as estratégias internas guiarão a ação do indivíduo.

Segundo Calixto (2016), a teoria da contenção, traz um carácter racional e individual às escolhas do indivíduo, e refere fatores de controlo interno e externo que funcionam

como contenção das práticas do indivíduo. Reckless (cit in Dias & Andrade, 2013) refere ainda, que por estar integrada no seio familiar, é sobre a mulher que recai mais o olhar da sociedade e da família, simbolizando estes aspetos a forma de controlo externo, de onde inevitavelmente surgirá o controlo interno, na forma como esta se posiciona, que resultará na passividade e contenção que a levam a agir mais de acordo com a norma social e moderar os seus impulsos delinquentes.

Mais tarde, a partir da década de sessenta do século XX, nos Estados Unidos da América, e uma década mais tarde em Inglaterra, surge o movimento crítico, contrapondo-se tanto às teorias biopsicológicas, como às sociológicas, segundo Becker (1963). Apesar de não trazer nenhum avanço nem retrocesso à situação particular da desviância feminina, Matos (2006) refere que é de máxima importância referir este momento, na compreensão da mudança paradigmática que redefine a reação social como o objeto principal do estudo criminológico. Este movimento, traz a ideia de que é a própria sociedade que cria e tipifica o estigma de criminoso ou delincente, sendo a desviância uma consequência da aplicação de regras e sanções sobre determinados indivíduos considerados, por essas mesmas regras, como sendo desviantes.

Taylor, Walton e Young (1973) mencionam que a trajetória criminal é definida por um processo de rotulagem de um grupo sobre outro, de forma a proteger determinados interesses, por vezes de carácter político ou económico, denotando um certo carácter marxista. Esta teoria veio refutar todas as anteriores, pois todas tinham em comum o facto de alguém delinquir como resposta a alguma desigualdade social ou pressão social, e pelo facto de naturalmente termos tendências criminosas.

Segundo Machado (2008), num campo predominantemente masculino, onde se sobrepõe a luta de classes pode deduzir-se a desvantagem do papel da mulher perante o homem. Neste ponto, assume-se que o sistema capitalista promove e sustenta a divisão de género no mundo do trabalho laboral.

Surge assim nesta época, a teoria do *Labelling Approach*, sustentada na ideia de que para se entender o sentido social dos comportamentos é imprescindível que se

examinem as reações sociais que dele decorrem (Araújo, 2010). Assim, a imposição de certos estereótipos delinquentes leva a uma rotulagem social e a consequente estigmatização de determinadas pessoas, levando-as por vezes a confirmar esses mesmos estereótipos. Pelas especificidades históricas, as Mulheres são menos rotuladas como criminosas e mais encaradas como vítimas, tendo isso, como refere Calixto (2016), efeito na sua autoimagem e consequente afastamento do crime. Em alguns casos a discriminação terá consequências negativas por negligenciar e marginalizar a Mulher.

Por fim Marsh, et al (2006), vêm destacar a ideia de que o papel dos fatores biológicos se conjuga com outros fatores (psicológicos, sociais e contextuais) para promover a adoção de um comportamento criminal. Neste sentido trazemos para discussão, segundo Manita et al (1997) a emergência de um sujeito que se vai construindo a si próprio, transformando factos objetivos em valores subjetivos distribuídos por diferentes e múltiplos planos de significação existencial. Já nos finais do Século XIX, surge a teoria do sujeito autopoietico, de Cândido da Agra (1994), num estudo direcionado para a relação entre droga-crime, que posiciona o sujeito como ser ativo, produtor de si próprio e dos seus percursos, em vez de o encarar como resultado de causalidades ou determinações incontornáveis internas e externas, regidas por leis universais, fixas e pré-definidas. Nesta medida, o sujeito é visto agora como produtor de sentidos múltiplos para a sua vida, construtor de trajetos e de projetos, produto e produtor de uma história pessoal que progressivamente vai construindo e revestindo de intencionalidades várias, dando por vezes lugar à transgressão. O ator move-se num determinado contexto e numa dada temporalidade, e ao longo do seu percurso existencial, vai construindo significações e sentidos próprios para o agir e para o seu posicionamento face ao mundo.

1.2.3 - Teorias Feministas

Face à falta da presença da mulher na sociedade, também na criminologia esta ausência se faz sentir, surgindo na segunda metade da década de setenta do século XX,

a emergência gradual das abordagens feministas na criminologia (Matos, 2006). Ao abordar a emergência de mudança do paradigma, Hedensohn (1985), aponta não só para a ausência que se fazia sentir não apenas como ofensora, mas também como vítima ou qualquer outra figura ativa na cena do crime, mas também no facto de, nas raras vezes em que surge, esta aparece numa posição desfasada, apenas enquadrada em estereótipos desajustados.

Após um período em que os discursos criminológicos se tentam desvincular dos ideais positivistas, surge um conjunto de movimentos teóricos marcados pela crítica aos discursos positivistas (Machado, 2008). A par do movimento de libertação das mulheres na sociedade começam a surgir também na criminologia teses que sustentam a nova visão de igualdade perante géneros e consequente justiça social, focando o seu estudo na criminalidade e vitimação femininas (Simões, 2011).

Podemos destacar três grandes teorias representativas no campo das perspetivas feministas. A obra de Freda Adler, datada de 1975 “*Sisters in Crime: The rise of the new Female Criminal*” onde a autora descreve o processo de masculinização do feminino com a entrada das Mulheres na esfera pública, razão que as leva a adotar comportamentos mais violentos. A obra de Rita Simon, “*Women and Crime*”, que aponta para a saída da esfera privada como a razão do aumento da criminalidade feminina (Machado, 2008). E a teoria de Heidensohn (1985), que veio criticar o objeto e os métodos tradicionais, e introduzir os estudos de género na área da criminologia, centrando-se na etiologia do crime e nos mecanismos de controlo e os conceitos de dupla desviância em que a Mulher é duplamente punida por transgredir a lei, mas também as normas que lhe são impostas pela sociedade e, o conceito de duplo diagnóstico em que o crime no feminino é visto como um desequilíbrio intrínseco (Matos e Machado, 2006);

Ainda dentro do período de vigência das teorias feministas, agora com uma nova perspetiva, surge, segundo Calixto (2016), a Mulher enquanto sujeito dual no âmbito das instâncias formais de controlo, por um lado aparece nos estudos enquanto

perpetradora do crime, por outro, aparece como elemento presente nos sistemas de justiça criminal e penal.

À boleia do período de emancipação da Mulher, emergem assim as novas teorias feministas, enquanto discursos alternativos, surgindo desse aspeto, segundo Matos & Machado (2006), as principais críticas a este movimento. Apesar dos grandes contributos das autoras referidas, as suas teorias pecam pela forte e quase total presença feminina. Para além disso, não só pelo género, menosprezam ainda outras dimensões como sejam a etnia ou a classe social.

Atualmente, e na tentativa de obter respostas que vão ao encontro da realidade, as investigações sustentam-se em bases empíricas. Nesta medida, importa evidenciar o movimento das investigações realizadas, que se centram na problemática da reclusão feminina, sobretudo ligadas aos temas do tráfico de droga, do papel feminino no enquadramento jurídico e focadas no papel da mulher no crime, relativamente aos homicídios perpetrados pelas mulheres, a informação tende a focar-se na maioria associada à problemática da violência doméstica e não tanto às vivências/experiências de Mulheres que cometeram homicídio no geral e não só contra os seus companheiros.

Existem poucos estudos relativos à transgressão feminina devido à correlação que existe entre comportamento desviante e género masculino e por haver uma ideia dominante na sociedade de que a mulher não comete crimes (Giordano, Cernkovich & Rudolph, 2002). Os estudos, de uma forma geral, dizem que existem muito mais homens a transgredir as normas do que mulheres. Sendo esses estudos corroborados pelas estatísticas prisionais, que efetivam a institucionalização considerável, de mais reclusos masculinos do que femininos.

Tal como já abordado no presente trabalho, e segundo Matos & Machado (2007), apesar da população reclusa feminina ser muito inferior à masculina, o índice de reclusão feminina tem-se destacado como um dos maiores da Europa. Os mesmos autores referem ainda que em Portugal, tal como noutros pontos do mundo, a reclusão feminina deve-se na sua maior parte a casos de estupefacientes.

1.3 – Enquadramento de estudos sobre homicídios cometidos por mulheres

Ainda que vários estudos nos remetam para a escassez de matéria relativa à criminalidade feminina, importa referir que vários foram os passos já dados tanto em Portugal como noutros países. Segundo Tedeschi (2012), incorporar a história das mulheres na produção do conhecimento histórico é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação na sociedade, na medida em que as tornam agentes históricas dotadas de historicidade tanto nas relações como nas ações do quotidiano e é desta forma que se supera o espinhoso problema da ausência de fontes. Esta ideia remete-nos ainda para o questionar de um relato dito universal, e a possibilidade do surgimento de um novo olhar sobre o fenómeno.

Em termos da literatura, parecem ser temas indissociáveis, quando falamos de criminalidade feminina, a comparação quase que automática aos crimes praticados pelo género masculino. O objetivo que nos move remete-nos para a história passada, trajetórias, vivências, experiências e não a comparação entre géneros, focada na ação criminosa ou sobre vivências em ambiente prisional. Segundo Machado (2008), os estudos do crime não podem continuar a negligenciar as vivências, práticas e experiências femininas relativas ao mundo do crime.

1.3.1 – Homicídio

O relatório da United Nations Office on Drugs and Crime de 2017, na proposta de intervenção do mesmo organismo, defende que a aplicação de intervenções direcionadas e eficazes para combater a prática do crime de homicídio exige uma compreensão abrangente da escala e dos respetivos catalisadores. Entre eles, as desigualdades sociais, o desemprego, a instabilidade política, a prevalência de estereótipos de género na sociedade e a presença de crime organizado.

Diz-nos a estatística, segundo o relatório anual de segurança interna de 2020, que dos 11.412 reclusos integrados nas prisões portuguesas, 796 são Mulheres. Traçando superficialmente um perfil da Mulher detida nos serviços prisionais portugueses, analisando o relatório anual de segurança interna e as estatísticas da Direção Geral de Reinserção Social e Prisional de 31/12/2020, estamos perante uma Mulher, portuguesa, no escalão etário entre os 30 e os 39 anos, com estudos ao nível do 3º ciclo e que cometeu crimes relativos a estupefacientes, nomeadamente o tráfico de droga.

Importa referir que, relativamente aos subtipos de crime, o crime de homicídio é o mais perpetrado. Atendendo às estatísticas da DGRSP, encontram-se detidas a cumprir pena por crimes contra pessoas 141 Mulheres. Consideram-se crimes contra pessoas: homicídio (59), ofensas à integridade física (14), violência doméstica (15), sequestro/rapto/reféns (4), tráfico de pessoas (2), violação (0), abusos sexuais de menores (1) entre outros (25). Dos diferentes crimes referidos acima, tal como se pode constatar prevalecem as Mulheres detidas pela prática do crime de homicídio.

Segundo o conceito de homicídio que vem explanado na letra da lei no artigo 131º e seguintes (artigos 132º Homicídio qualificado; 133º Homicídio privilegiado; 134º Homicídio a pedido da vítima; 135º Incitamento ou ajuda ao suicídio; 136º Infanticídio; 137º Homicídio por negligência;) no código penal português, seja qual for a sua especificidade, à exceção do artigo 135º, todos os outros artigos nos remetem à premissa base do ato, “quem matar outra pessoa”. Todos eles contribuem para que o homicídio deva ser abordado e compreendido como um fenómeno multifatorial que deve ser analisado com base nos seus mais diversos componentes.

1.3.2 – Estudos sobre homicídio no feminino

A proposta de investigação do presente estudo leva-nos ao cruzamento de três conceitos essenciais, tal como já abordado noutros pontos deste documento, a historicidade, a criminalidade feminina e o crime de homicídio. Estes conceitos foram já explorados por outros autores, em unísono ou a solo, bem como a utilização do método qualitativo como base, contudo considera-se que o conceito de historicidade trás uma profundidade diferente ao tema.

No presente ponto, pretende-se fazer referência a alguns estudos nacionais e internacionais, acerca da perpetração do crime de homicídio cometido por mulheres. Começamos então por fazer referência a um estudo elaborado por Hall *et al.*, datado de 1996, que teve como fundo da investigação a realização de entrevistas a 215 Mulheres detidas nos Estados Unidos da América pelo crime de homicídio. O estudo conduziu os autores à conclusão de que grande parte destas mulheres foram vítimas de abusos na infância, bem como de abusos físicos e sexuais na idade adulta. Mais de 40% dessas mulheres acreditam que os consumos de álcool e drogas contribuíram para a ocorrência do homicídio.

Almeida (2000) e Marsicano (2016), realizaram ambas no Brasil, dois estudos independentes sobre a prática de crimes no feminino, utilizando o método qualitativo através de entrevistas. A primeira autora concluiu que as mulheres praticam crimes, em busca de liberdade e autonomia, considerando que a prática do crime de homicídio pela mulher, simboliza o romper com a condição passiva da mulher na sociedade, que a exclui das relações sociais, passando a um sujeito ativo incluído no meio social, ainda que seja através da prática do crime. A segunda autora, compreende que a prática do homicídio por mulheres, é a expressão das diversas formas de violência à qual esta se encontra sujeita ao longo da sua trajetória de vida. Essas formas de violência provocam uma escalada de degradação na vida da mulher.

Ainda no contexto brasileiro, Braga et al (2016), num estudo qualitativo sobre representações, práticas e trajetórias criminais de mulheres que cometeram homicídio apontam para a herança social, histórica e cultural presente nas representações sociais que estas mulheres tinham sobre si e sobre o ato cometido. Os autores apontam para a necessidade de conhecer as dinâmicas sociais e os contextos nos quais estas mulheres vivem.

Dumbo (2019), no seu estudo realizado em Portugal, mas que incide sobre um grupo de mulheres Angolanas, que se encontram a cumprir pena de prisão pelo crime de homicídio em Angola, faz referência à existência de quatro fatores que se encontram diretamente associados à prática do homicídio por mulheres em Angola: a violência

como desencadeadora do crime de homicídio; a agressão resultante da crença em feitiçaria; a violência doméstica e consumo de álcool por parte dos companheiros e crime de homicídio praticado sob o efeito do consumo excessivo de álcool.

Outro estudo encontrado (Moreira, 2017), debruçou-se sobre a identificação de fatores de risco associados à mulher que cometeu o crime de homicídio e à vítima, em Portugal, recorrendo à metodologia de estudo de caso. Por fim surge, ainda, o estudo realizado por Cláudio (2016) que tal como a investigação que pretendemos desenvolver utilizou o método fenomenológico descritivo de Giorgi, contudo incidido sobre o fenómeno dos processos cognitivos associados à tomada de decisão de cometer o homicídio, chegando à conclusão de que o homicídio é um fenómeno multifatorial, e de que a determinação da ação homicida nem sempre antecede a prática do delito.

Ao aprofundar a pesquisa acerca dos três conceitos referidos acima, foi possível verificar a premente associação do crime de homicídio cometido por mulheres a companheiros ou ex-companheiros, ou seja, sempre vinculado a contextos de violência doméstica. Contudo, o objetivo que nos move vai mais além do que a explicação direta dos motivos que levaram estas mulheres a cometer a ação, não nos preenchendo nenhum dos estudos abordados, embora todos eles tenham sido importantes na construção da investigação que se segue.

CAPÍTULO II

2.1 - Metodologia

Tendo em conta a experiência base do presente estudo considera-se que partimos de uma base empírica, na medida em que se partirá de conclusões baseadas em experiências vividas pelos sujeitos. Assim sendo, a importância trazida pelo carácter empírico é a de apontar com vigor a importância da experiência na origem do nosso conhecimento, de forma espontânea e direta. Pois esta, surge a partir da interação do ser humano com o ambiente que o rodeia, e permite ao investigador entender as dinâmicas que podem ocorrer e redefinir a sua estratégia, o que desde logo sustenta a escolha de entrevistas semiestruturadas para esta investigação.

O objetivo será desprovido de qualquer juízo, recolher o máximo de informação acerca das experiências passadas de um grupo de Mulheres que se encontram detidas pelo crime de homicídio, colocando de parte a preocupação em refletir sobre o objeto em observação, adotando um carácter dedutivo. Esta característica traz ao cimo a questão da fiabilidade e inexatidão, as quais pretendemos colmatar recorrendo à possibilidade replicativa do estudo, tendo em vista um conhecimento global do fenómeno.

2.1.1 - Investigação qualitativa

Segundo Almeida e Freire (2017), duas perspetivas básicas podem caracterizar as investigações científicas. Uma primeira, empírico-analítica, e que aparece frequentemente confundida com outras expressões como investigação quantitativa, positivista e experimental, tendo como objetivo explicar, predizer e controlar os fenómenos, e uma segunda perspetiva que definiríamos por humanista-interpretativa, associada por norma a expressões como investigação qualitativa e naturalista, constituída em reação à primeira. Consideraremos a segunda perspetiva na medida em que a realidade é percebida como dinâmica, fenomenológica e associada à história individual e aos contextos, nesta medida o seu estudo não poderá ser realizado sem o

recurso à própria perspectiva dos sujeitos implicados nas situações. Para além dos comportamentos identificados torna-se importante colocar em jogo as crenças e valores, os sistemas de comunicação e de relação, bem como as suas representações para os indivíduos em causa. Interessam antes de mais, os significados e as intenções das ações humanas.

Nesta medida, e face ao exposto, podemos centrar a presente investigação num modelo qualitativo na medida em que procuramos a posição dos sujeitos face às suas experiências, vivências e contextos. O objetivo centrar-se-á na compreensão do fenómeno e não na explicação ou resolução deste.

Embrenhados ainda na mesma obra citada acima, há a apontar o que os autores referem como os três princípios do método qualitativo, que reforçam a pertinência e a necessidade de uma postura interpretativa dos comportamentos e fenómenos sociais:

- A primazia da experiência subjetiva como fonte do conhecimento;
- O estudo dos fenómenos a partir da perspectiva do outro ou respeitando os seus marcos de referência; e
- O interesse em se conhecer a forma como as pessoas experienciam e interpretam o mundo social que também acabam por construir interactivamente.

A subjetividade da experiência constrói-nos, não só o que somos, mas o que somos em relação ao que vivemos. O carácter qualitativo traz ao estudo a possibilidade de olharmos para as significações pessoais dos fenómenos, as suas representações, a natureza interativa da sua construção e a necessidade de se colocar na perspectiva do outro como condição prévia ao conhecimento e à explicação do seu comportamento. E, é nesta interação que surgem os processos internos e as simbolizações, os quais se edificam nas dimensões internas dos indivíduos, não diretamente observáveis. Reconhece-se que as pessoas interagem em função dos significados que as coisas, as outras pessoas e as condições têm para si próprias, sendo tais significados produzidos pela própria interação e interpretação do sujeito. Embora, as diferentes teorias

explicativas do crime, referidas no capítulo anterior do presente documento, apontem o foco para o mundo que rodeia o ator do crime, no presente documento queremos explorar exatamente o oposto o mundo interior do sujeito, a procura das significações pessoais do fenómeno, das vivências de quem praticou o crime.

Segundo Willig (2013), a investigação qualitativa tenderá a ocupar-se essencialmente com o significado, que será atribuído pelos sujeitos ao mundo e às suas experiências. *Como é que o sujeito passou por determinada experiência, como a sentiu e o que trouxe dela para o seu presente, em suma, de que forma é que a experiência marca o presente do indivíduo pelo modo como este a interpretou.*

Outra das características das correntes metodológicas de natureza qualitativa é a busca da globalidade e da compreensão dos fenómenos, ou seja, um enfoque na análise de cariz indutivo, holístico e ideográfico. Por outras palavras, chega-se à realidade tal e qual ela é para o sujeito, sem a fragmentar ou descontextualizar partindo-se dos próprios dados e não de teorias prévias para os compreender e/ou explicar.

Skrapec (2001) refere a importância de uma abordagem subjetiva na interpretação dos atos humanos, na medida em que o vivido e experienciado leva o indivíduo até ao modo como ele é hoje. Ainda sobre a mesma perspetiva, a autora releva a importância de olhar para o crime de homicídio de uma forma subjetiva e não como um evento objetivo. Tal como já havia sido abordado no presente documento, quando é cometido o crime de homicídio, recai sobre o ofensor todo o estigma associado à prática do crime que cometeu e, contudo, é esquecida a história vivida e sentida até àquele momento. Para a autora anteriormente citada, o homicídio apenas poderá ser compreendido no contexto do homicida, se a investigação se centrar na experiência individual do sujeito.

2.2 - Método Fenomenológico

A presente investigação é norteada pelo método fenomenológico descritivo de Giorgi, para suporte à análise qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas individuais

realizadas a Mulheres condenadas pelo crime de homicídio, que se encontram a cumprir pena no Estabelecimento Prisional de Tires. O objetivo último será a compreensão das experiências subjetivas vivenciadas ao longo da sua vida.

Segundo Giorgi (2006), a descrição da experiência dos fenómenos permite ao investigador fazer uma leitura do significado que estes têm para o sujeito levando-o a fazer uma autorreflexão. Muitas vezes, o indivíduo apenas dá conta de certos aspetos sobre si próprio e sobre as suas vivências quando reflete. No âmbito fenomenológico, esta reflexão adensa-se, pois, é realizada uma caminhada com a figura do entrevistador.

Langdridge (2007) refere que a fenomenologia aspira à descoberta dos significados na consciência do sujeito, ordenando e sistematizando esses significados e servindo-se para isso da análise qualitativa sem nunca descuidar o sentido específico que tem para o sujeito que viveu determinada experiência.

O método fenomenológico distingue-se do método experimental, por não operar ao nível das ciências naturais, mas antes, ao nível dos fenómenos humanos, sendo que se apresenta adequado para o estudo e compreensão das dimensões do Homem.

Tal como relata Giorgi (1985), no século XIX, Dilthey demonstrou que o método experimental não seria aplicável às ciências humanas, e neste seguimento, propõe uma divisão entre os dois níveis de conhecimento. O primeiro refere-se às ciências naturais mediado pelo método experimental, que visa a explicação dos fenómenos através do nexos de causalidade. O outro respeita ao estudo dos fenómenos no domínio das ciências humanas, procurando a sua compreensão por meio do nexos de significação.

Face a tal demonstração, aliada ao facto de existirem diferentes formas de compreender o mesmo fenómeno, surge a necessidade de construir um método que sirva para o propósito. Já no século XX, Husserl, surge com o método fenomenológico, apontando-o como sendo o mais adequado à compreensão das ciências humanas. Trata-se de um método científico rigoroso que emerge da linha

filosófica, numa época em que se primava pelo estudo das ciências exatas e pela investigação empírica explicativa, mesmo no âmbito epistemológico. Importa ainda referir que o método fenomenológico assenta em pressupostos rigorosos, nomeadamente aos passos percorridos e à postura do entrevistador que permitem aceder mais facilmente às experiências do sujeito.

2.2.1 - Método Fenomenológico de Giorgi

Partindo das ideias base de Husserl, Giorgi (2006) faz antes de mais a distinção entre o método filosófico e o método fenomenológico aplicado à psicologia. Trata-se de um método descritivo que se insere na metodologia qualitativa. O objetivo do processo analítico é obter uma descrição da estrutura da experiência dos sujeitos, cuja primeira fase é a elaboração dos significados através da *variação livre imaginativa*, e a segunda reporta à descrição dos *constituintes essenciais* do fenómeno em questão. Pode existir mais do que um constituinte primordial e deve atender-se à inter-relação de vários constituintes do fenómeno em estudo.

Posteriormente à descrição do fenómeno, segue-se outro passo, a *redução fenomenológica*, onde os conceitos são reduzidos tal como surgem à consciência dos sujeitos, o que deve ser distinguido do modo como realmente existem, sabendo que este exercício requer vários atos da consciência.

No início do processo, é efetuado o exercício da *epoché* por parte do investigador, na medida em que suspende todos os conhecimentos prévios acerca do fenómeno em estudo, para que estes não sejam contaminados e possa ser criado um espaço disponível para uma nova conceção, ao invés de procurar encaixar a matéria num quadro teórico preexistente. Seguidamente, todos os pontos de vista devem ser tidos em conta sem privilegiar nenhum. Para isso, é necessário que ocorra uma *variação livre imaginativa, análise eidética*, onde através da capacidade intuitiva do investigador, seja possível aceder àquilo que permanece constante. Desta forma, chega-se ao último passo, que pretende alcançar a *essência do fenómeno* que consiste

na ideia pura e se reporta ao *significado formal*, que é invariável e atingível por meio da intuição do investigador.

2.2.2 - Método Fenomenológico – Descrição

O presente estudo surge de uma questão empírica levantada pelo autor, fundamentada pela necessidade premente apontada nas referências bibliográficas trabalhadas. Nesta medida, e na sequência do abordado até então no presente documento, surge o momento de nos debruçarmos sobre as questões metodológicas.

Ao formular o presente problema, o autor ponderou acerca da escolha do método de recolha de dados. Assim, os objetivos deste estudo procuram um conhecimento mais aprofundado sobre uma determinada realidade, independentemente de os resultados poderem ou não servir como base para uma futura intervenção (Guerra, 2006).

Ao longo de todo este processo torna-se pertinente o envolvimento dos intervenientes já referidos no problema acima, atendendo também às contingências do meio envolvente. Segundo Godoy (1995), a compreensão do fenómeno chega-nos através da interação dinâmica entre o autor do estudo e os elementos estudados.

A investigação será sustentada por um estudo descritivo, tendo como objetivo a aplicação do método fenomenológico descritivo (Giorgi & Sousa, 2010) como suporte para a análise qualitativa, através de entrevistas individuais realizadas às reclusas detidas por homicídio, num determinado estabelecimento prisional.

Atendendo ao que Giorgi & Sousa (2010) narram, o método é descritivo, utiliza a redução fenomenológica, procura a essência do fenómeno, através de uma análise eidética e presume uma relação intencional entre sujeito e objeto.

O presente ensaio será orientado por princípios qualitativos que permitirão não só ter uma leitura dinâmica da realidade em todas as suas vertentes, bem como descrever os pontos de vista de todos os atores envolvidos no problema. Mais ainda, a abordagem

qualitativa permite mais do que a mera enumeração de características, já que se propõe conhecer a relação dinâmica entre o sujeito e o meio no qual o mesmo está enquadrado (Guerra, 2006).

Segundo Giorgi & Sousa (2010), a fenomenologia pretende estudar a consciência intencional e o fenómeno num todo como se dá, no seu modo de aparecer, sem proposições de nenhuma ordem, de modo a alcançar a essência das vivências intencionais.

Refletindo um pouco mais acerca da intervenção prevista, pretende, após autorização da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, proceder-se à entrevista de mulheres julgadas pelo crime de homicídio no Estabelecimento Prisional de Tires. Estas entrevistas são semiestruturadas e, embora previamente construídas, de forma a focar os pontos essenciais da sua história de vida, contemplam ainda uma abertura às descrições das vivências das participantes, tal como lhes surgir à consciência naquele momento, permitindo aprofundar um determinado tema ou até acrescentar um outro que não conste na estrutura inicial da entrevista. O objetivo será perceber se, na história de vida pessoal existem momentos ou elementos significativos que as tenham trazido até ao momento presente, a sua reclusão como efeito penal do cometimento do crime de homicídio.

Ao mergulhar no percurso metodológico e na procura do caminho que melhor orientasse o presente estudo, surgiu o método fenomenológico que, segundo Giorgi & Sousa (2010), distingue-se do método experimental, por não operar ao nível das ciências naturais, mas antes, ao nível dos fenómenos humanos.

Segundo Langdrige (2007), a investigação começa, ainda num momento prévio ao início do estudo, com a *epoché*, que não é mais do que o desligar a postura que habitualmente temos na atitude natural. Segundo, Giorgi (2006), não é a negação do mundo, é antes o abster-se de produzir qualquer tipo de juízo sobre o objeto que surge empiricamente, no mundo espaço-temporal. Regressamos às coisas elas mesmas, não acrescentamos, modificamos ou alteramos nada ao fenómeno a partir dos nossos

pressupostos, pelo contrário, suspendemos estes últimos, e somos reconduzidos reflexivamente para o que experienciamos e para o modo *como* a consciência visa o objeto.

Após esta fase da descrição que fornece os dados para a análise, entramos na análise propriamente dita, que Langdrige (2007) citando (Giorgi, 1985; Giorgi & Giorgi, 2003) define em quatro etapas: A leitura de significado geral; a Identificação de unidades de significado; a Avaliação do significado psicológico das unidades de significado; e por fim, sintetizar as unidades de significado numa apresentação descritiva. Mais pormenorizadamente:

1) O primeiro passo consiste na leitura integral da entrevista, procurando o *sentido do todo*, ou seja, a perspectiva fenomenológica é holística e os dados das descrições dos participantes devem ser lidos na sua totalidade, antes de iniciar a análise propriamente dita e passar à etapa seguinte, para uma compreensão global das descrições;

2) No passo seguinte, importa à análise fenomenológica, determinar o significado da experiência do sujeito em unidades limitadas da descrição, ou seja, sempre que surgir uma mudança de sentido na descrição do sujeito, esta é assinalada no texto. Assim, as partes estabelecidas pelo investigador, baseiam-se na discriminação dos significados, resultando em *unidades de significado*. Estas unidades de significado podem ser consideradas como constituintes, os quais são determinados em função do contexto. Seguidamente o investigador torna a ler a descrição e sempre que deteta uma mudança de significado na leitura da descrição, assinala-a, prosseguindo até ao final do texto utilizando este mesmo procedimento, à medida que delimita as unidades de significado, de acordo com uma perspectiva psicológica. Surge então uma questão, que nos leva a ponderar se outro investigador chegaria a unidades de significado diferentes. A resposta prende-se com a importância do produto final deste procedimento e não com as suas fases intermédias, pelo que o estudo pode ser replicado e as divergências na divisão das unidades psicológicas não implicam necessariamente resultados finais diferentes;

3) Tendo como base a descrição das experiências dos participantes e, uma vez apreendidas as delimitações das unidades de significado psicológico referentes ao fenómeno em questão, o terceiro passo consiste em transformar as expressões quotidianas dos sujeitos que pertencem ao senso comum, e clarificar o seu significado, através da *variação livre imaginativa*. A finalidade do método fenomenológico reside na descoberta e articulação dos significados psicológicos vivenciados pelos sujeitos. As descrições contêm sobretudo expressões idiossincráticas e intenções que devem tornar-se explícitas, relativamente ao fenómeno em análise;

4) Uma vez apurado o significado das expressões dos sujeitos e a sua transformação em significado psicológico pertinente para o fenómeno em questão, mediante a sensibilidade do investigador, procede-se à *análise eidética* das unidades de significados transformados, a fim de verificar aquilo que é essencial e permanece constante, para posteriormente serem apurados estes significados invariantes interligados e pertencentes à experiência. Deste modo, o quarto e último passo pretende alcançar psicologicamente um encadeamento holístico do fenómeno, através da inter-relação entre as diversas unidades de significado psicológico, numa rede essencial das ligações entre as várias partes, fazendo sobressair o significado psicológico total.

Segundo Giorgi & Sousa (2010), o propósito de chegar à estrutura final da experiência dos sujeitos, visa outro passo no processo, mas este já corresponde a uma análise pós-estrutural, onde se pretende fazer uma compreensão dos dados empíricos de forma sistemática, destacando para esse efeito os constituintes principais (contextuais) da estrutura (generalizada) que estão ao serviço da compreensão das variações encontradas nos dados das descrições.

Esta investigação possui um carácter exploratório, pois o objetivo será conhecer o fenómeno na sua intensidade, através da compreensão e descrição do mesmo ao longo desta investigação (Almeida & Freire, 2017).

Após a autorização referida em momento anterior, caberá ao investigador definir um plano de ação que permita situar no tempo e no espaço a sua investigação (Guerra, 2002), que consistirá na realização de entrevistas à amostra posteriormente definida.

2.3 - Objetivos do estudo

Coadunadas as anteriores marés, da necessidade levantada por vários autores, bem como do aumento da criminalidade feminina, ergue-se a pertinência do presente trabalho. O objetivo será o desenho de uma rota que nos possa levar à compreensão da pergunta de partida:

Explorar e compreender as trajetórias de vida e as experiências subjetivas de mulheres reclusas condenadas por homicídio.

2.3.1 - Participantes

O presente estudo contou com a participação de 5 Mulheres de naturalidade portuguesa com idades compreendidas entre os 30 e os 61, detidas no estabelecimento prisional de Tires, pelo crime de homicídio. O estudo foi apresentado pela equipa técnica do estabelecimento prisional às reclusas que correspondiam ao perfil em estudo, tendo sido a amostra composta pelas mulheres que aceitaram participar no mesmo.

Segue uma pequena caracterização de cada participante:

P1 – Mulher de naturalidade portuguesa com cerca de 40 anos, encontra-se detida pelo crime de homicídio da filha;

P2 – Mulher de naturalidade portuguesa, com cerca de 46 anos, detida pelo crime de homicídio da filha recém-nascida;

P3 – Mulher de naturalidade portuguesa, com cerca de 30 anos, detida pelo crime de homicídio da sua mãe;

P4 –Mulher de nacionalidade portuguesa, tem cerca de 40 anos, e está detida pelo crime de homicídio do seu marido.

P5 –Mulher de nacionalidade portuguesa, com cerca de 61 anos e, encontra-se detida por ter sido mandatária do homicídio do marido.

De salientar que das 5 entrevistas realizadas apenas 4 serão aprofundadas no presente trabalho, uma vez que a entrevista de P5 não reunia condições para a elaboração da sua análise, quer isto dizer que, a identidade da participante poderia facilmente ser identificada, dada a mediatização pública do crime cometido.

2.3.2 - Procedimentos

O presente projeto de investigação teve início com a aprovação do mesmo, por parte do ISCP/SPSI, tendo sido posteriormente enviado para a Direção Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais, juntamente com um pedido formal para a realização de entrevistas no Estabelecimento Prisional de Tires. Após receção do ofício com a autorização para a realização do projeto de investigação (Anexo 2), foi realizada uma primeira abordagem ao E.P. de Tires, no sentido de informar sobre a autorização da DGRSP bem como solicitar a autorização deste para a realização das entrevistas propostas. Uma vez que a investigação se desenvolveu durante o período pandémico, as entrevistas foram primeiramente adiadas, uma vez que não era permitida a entrada de um elemento externo ao serviço nas instalações.

Ainda que tardiamente, face ao desejado, as entrevistas vieram a ser realizadas nos dias 09 de julho e 06 de setembro de 2021. Em ambas as visitas ao E.P. de Tires, o investigador foi recebido pela Doutora Conceição Vieira, Subdiretora do estabelecimento prisional. De ressaltar, antes de mais nada, o acolhimento e a disponibilidade de toda a equipa técnica, bem como dos guardas a prestar serviço no estabelecimento.

As entrevistas foram realizadas em salas de atendimento, com a devida proteção e distanciamento, dadas as normas da DGS devido à pandemia COVID-19, e gravadas através de um gravador de áudio, em formato mP2.

Antes do início de cada entrevista, foi explicado a cada uma das participantes o intuito e objetivo da entrevista, enquadrada no projeto de investigação a desenvolver pelo investigador, bem como o carácter voluntário da sua participação e ainda, a possibilidade de dar por terminada a entrevista a qualquer momento. Seguidamente, foram assinados o formulário de consentimento informado e gravação da entrevista (*Anexo 4*) e uma declaração do E.P. a solicitar a gravação via áudio às reclusas (*Anexo 5*), presencialmente pelas participantes e pelo investigador. Após a aceitação da participação, foi lido todo o guião da entrevista (*Anexo 3*) antes do início da mesma, no sentido de informar e esclarecer. As entrevistas foram gravadas em formato de áudio através de um gravador de áudio.

Após a realização de todas as entrevistas procedeu-se à transcrição integral das mesmas (*Anexo 6*), seguindo-se a análise através do método de Giorgi previamente referido.

2.3.3 - Material

O guião das entrevistas foi construído de forma semiestruturada para permitir a recolha do máximo de dados possíveis. As entrevistas foram gravadas num dispositivo de reprodução e gravação de áudio MP3. E a transcrição das entrevistas foi feita posteriormente, assim como a sua análise e compreensão, utilizando para tal o método fenomenológico descritivo de Giorgi.

2.3.4 - Entrevistas

Segundo Bertaux, citado por Guerra (2006), as entrevistas podem ter quatro funções: exploratórias, analíticas, verificativas e de expressão. Importa apenas para o presente estudo, cingir-nos à função exploratória, pois o que se pretende é antes de mais

nada, através de uma pesquisa no terreno, descobrir as questões basilares do fenómeno em estudo. Para isso, pretende-se aplicar entrevistas de forma a explorar o passado das mulheres que se encontram detidas no EPT, acusadas e julgadas pelo crime de homicídio.

Neste ensaio, a preparação da entrevista surge como um momento chave da investigação, pois o investigador terá de ponderar: o alcance do tema para o qual se propõe estudar, a realização da entrevista circunscrita no tempo e no espaço, garantir as condições necessárias para que esta ocorra, particularmente quanto à questão da confidencialidade e anonimato, e a construção do roteiro da entrevista (Lakatos & Marconi, 1996).

A construção da entrevista terá por base os princípios de uma entrevista semiestruturada, na medida em que se pretende: compreender o ponto de vista do entrevistado; seguir um guião previamente preparado num ambiente de conversa informal; e que o entrevistador possa retomar um ponto de vista ou esclarecer alguma questão que lhe tenha parecido mais vaga, aquando da sua descrição.

Numa lógica de entrevista semiestruturada, há a possibilidade de se alternar perguntas abertas com perguntas fechadas, tendo em vista a obtenção de informação mais precisa sobre o tema proposto. Desta forma, enumeram-se alguns exemplos de questões que poderão estar presentes no guião: “- Podemos conversar sobre um momento feliz na sua infância? Como o descreveria?”; “-Até ao momento atual qual foi o momento que maior tristeza lhe trouxe? E como descreve esse momento?”.

Pretende-se que as entrevistas sejam gravadas em formato de áudio, tendo em vista a sua transcrição posterior, para numa fase seguinte serem tratadas segundo o método fenomenológico descritivo, tal como abordado em momentos anteriores.

Capítulo III

3.1 - Resultados

Este capítulo procura debruçar-se sobre os resultados obtidos nas entrevistas recolhidas no E.P. de Tires, sendo o fenómeno em estudo a historicidade da Mulher que cometeu homicídio.

3.1.1 - Constituintes essenciais da experiência

Ao longo da análise das quatro entrevistas, foi possível verificarmos os seguintes constituintes essenciais da experiência vivida, ainda que alguns deles não tenham sido verificados nas quatro entrevistas em simultâneo, foram apurados em três participantes, pelo que se considerou pertinente fazer-lhes referência.

- I. Normalização da violência na educação;
- II. Experiência de violência doméstica;
- III. Figura materna ausente ou negligente;
- IV. Experiência de abandono;
- V. Embotamento afetivo;
- VI. A melhor memória sempre ligada com a família;
- VII. Perda significativa na adolescência/início da idade adulta, geralmente os avós;
- VIII. Falta de capacidade para partilhar o sofrimento que estavam a viver nas suas relações;
- IX. Pouca capacidade de socialização e não aceitação por parte dos pares, fraca rede de suporte (poucos amigos);

X. Verbalização da presença de medo.

I. Normalização da violência na educação

Ao longo das entrevistas de P1, P2 e P3 estão presentes relatos de maus tratos na infância, nas duas primeiras situações por parte do Pai, e na situação de P3 por parte da sua irmã mais velha. Ainda que sob diferentes contextos, a agressão surge no contexto educativo, como desculpa para educar. Nos dois primeiros casos, o Pai é visto como o pilar da família e nas estruturas de P1 e P2, aparece como sendo a figura principal de referência, contudo, esta é uma referência que as agride e maltrata em nome de um bem maior, a sua educação.

Apesar de P4 ao longo dos seus relatos em momento algum verbalizar episódios de violência por parte do seu progenitor, à medida que se desenrola a sua infância, vários são os episódios e relatos de negligência, que parecem não ser reconhecidos como tal.

Participantes	Variações empíricas
P1	<i>“...claro, tive uma educação um pouco antiga, normal, fazemos qualquer coisa mal levávamos (...) mas nada de muito grave...”</i>
P2	<i>“O meu Pai era um bocado rígido (...) Quando o meu Pai se passava (...) psicologicamente metia-nos muito em baixo. Ah, houve muita vez que me bateu, apesar de algumas vezes ser com razão, mas não era preciso ser tão agressivo, mas acho que ele queria nos dar o melhor e não conseguia.”</i> <i>“...tinha respeito pelo meu Pai, mas tinha mais medo.”</i>
P3	<i>“...e eu fui viver para essa casa da minha irmã mais velha e as coisas não correram muito bem porque ela me agredia, foi inclusive acusada de violência doméstica, teve dois anos e meio de pena suspensa...e eu acabei por ir para uma instituição.”</i>
P4	<i>“...vivíamos numa aldeia, onde não tínhamos nem luz nem água (...) ah passámos muita fome, muita necessidade...”</i>

Tabela 1 – Constituintes essenciais da experiência relativos à normalização da violência na educação;

II. Experiência de violência doméstica

Todas as entrevistadas descreveram episódios nos quais foram vítimas de violência doméstica, por parte dos companheiros. P1, P3 e P4 relatam agressões físicas, no caso de P2, esta relata agressões verbais e psicológicas. Nas descrições das suas experiências vividas, as situações de violência surgem à consciência bastante vincadas.

P1 e P3 referem que a perpetuação da violência de que eram vítimas, as levou ao sítio onde se encontram hoje (prisão), uma vez que, segundo a narrativa das próprias, foram os companheiros que cometeram os crimes.

Participantes	Variações empíricas
P1	<i>“...ter sido agredida tanto física como verbalmente pelo meu companheiro (voz trémula). Foi das piores fases da minha vida que, como eu disse, infelizmente na altura e não conseguia ver, achava que era amor.”</i>
P2	<i>“Fui vítima de maus tratos psicológicos com o meu ex-marido, com o pai da minha filha...”</i>
P3	<i>“...e eu fui viver para essa casa da minha irmã mais velha e as coisas não correram muito bem porque ela me agredia, foi inclusive acusada de violência doméstica...”</i> <i>“Eu tive uma relação dos 13 aos 17 anos (...) em que sofria violência, entre outros abusos...”</i>
P4	<i>“...e aí começou as violências domésticas e a ser maltratada e fugia para a minha sogra...”</i>

Tabela 2 – Constituintes essenciais da experiência relativos à experiência de violência doméstica;

III. Figura materna ausente ou negligente

Ao longo das descrições das participantes, foi notória a ausência da figura materna e, quando esta aparece, é tida como uma presença negligente. Após a análise das narrativas, P1 não faz qualquer referência à figura materna, P2 e P4 referem uma relação conflituosa com a Mãe. P3 Não faz qualquer referência à sua progenitora, faz apenas referência à sua Mãe adotiva, todavia, é uma relação que deixa transparecer alguma frieza e pouca abertura à comunicação e compreensão.

Mais do que por si só, a ausência da figura materna surge ainda por oposição à referência do Pai, que está presente em todas as descrições, às vezes mais do que uma vez.

Participantes	Variações empíricas
P2	<i>“...com a minha mãe era cão e gato...”</i>
P3	<i>“...falava com ela, mas não sobre tudo, não tinha essa abertura, nunca me foi dada essa abertura para conseguir falar de tudo...”</i>
P4	<i>“...a minha pior memória foi a minha mãe ter feito o meu casamento.”</i>

Tabela 3 – Constituintes essenciais da experiência relativos à figura materna ausente ou negligente;

IV. Experiência de abandono

Nas histórias contadas de P2, P3 e P4 estão presentes relatos de experiências de abandono, ainda que em níveis diferentes. P2 relata que, ao longo do seu crescimento, se sentia sozinha ainda que tivesse o suporte da sua família. P3 refere que não teve figuras de referência ao longo da sua primeira infância. Através dos seus relatos conseguimos compreender que aquando da sua adoção passa a ter uma figura parental de referência, mas que de uma forma crua, desde cedo, lhe impôs uma barreira afetiva muito clara.

Por fim, no dizer de P4 temos a presença do abandono da Mãe, que ainda na sua infância fugiu de casa deixando-a entregue aos cuidados do Pai.

Participantes	Variações empíricas
P2	<i>“... mas também tive momentos em que parecia que estava sozinha no mundo...”</i>
P3	<i>“Investigador: Não teve outras figuras de referência? P2: Que eu me lembre não.” “...a minha mãe adotiva sempre frisou muito que não queria ter filhos e acabou por me adotar mais porque a mãe dela insistiu. Eu já estou habituada a ser renegada por todo o mundo...” “Investigador: Se lhe perguntar uma palavra para descrever a sua infância? P2: Abandono”</i>
P4	<i>“Entretanto a minha mãe veio trabalhar para Évora, conheceu um senhor cá em Évora, abandonou-nos com o meu pai...”</i>

Tabela 4 – Constituintes essenciais da experiência relativos à experiência de abandono;

V. Embotamento afetivo

Em todas as descrições é possível verificar um certo distanciamento afetivo, das próprias, em relação a momentos considerados pesados e ligados a níveis de sofrimento. P1 após ter referido que a maior perda da sua vida foi o seu avô, num momento seguinte refere-se ao seu avô como “familiar”. P2 refere-se à filha que abandonou como “aquela criança”, como quem generaliza a sua dor. P3, ao relatar a morte da avó, acaba por se distanciar da situação pela forma como expõe o momento vivido, abordando a perda como uma sequência natural da vida humana. Por último, P4 trata um filho perdido como “o coiso”, objetificando o ser perdido sem criar laço afetivo com o mesmo.

Participantes	Variações empíricas
P1	“...saber que já não podia estar ao pé do meu familiar...” “...perdeu-se uma vida!”
P2	“...o porquê de abandonar aquela criança...”
P3	“...pronto, eu depois tirei a minha mão e ela faleceu...”
P4	“...antes da minha Sofia engravidei (...) O meu filho mais velho teve um grande desgosto por eu ter perdido o coiso...”

Tabela 5 – Constituintes essenciais da experiência relativos ao embotamento afetivo;

VI. A melhor memória sempre ligada com a família

À resposta qual a melhor memória da sua vida, as quatro participantes, fazem referência a experiências e vivências que tiveram com as suas famílias. É possível perceber, com exceção de P3, que a família é um elemento bastante importante, que suporta e traz segurança às participantes. Ainda que não relate a mesma experiência com a família, P3 materializa esta ideia na figura da sua avó, considerando os quatro anos que viveu com ela, o melhor período da sua vida.

Participantes	Variações empíricas
P1	“...das melhores memórias que tenho foi aprender a nadar no rio, que o meu pai me ensinou, e conhecer várias coisas, em termos de agricultura, porque no Norte a minha avó dedicava-se à agricultura...” “...e o apoio da minha família também, sempre estiveram lá para mim, sempre me apoiaram nos bons e maus momentos.”
P2	“Coisas boas foram os momentos de passeios com os meus pais e o meu irmão (...) E depois a minha infância também passava férias com a minha família (...) eram momentos ótimos, maravilhosos, para mim eram os melhores momentos da minha vida estar com os meus avós ...”
P3	“Os quatro anos que vivi com a minha avó (...) e as viagens que fiz

	<i>com a minha mãe...</i>
P4	<i>“Quando estávamos todos reunidos com os meus tios e os meus irmãos todos a brincarmos.”</i>

Tabela 6 – Constituintes essenciais da experiência relativos à melhor memória sempre ligada à família;

VII. Perda significativa na adolescência/início da idade adulta, geralmente os avós

Todas as participantes fazem referência a uma perda que sofreram na adolescência. Segundo P1, P2 e P3, estas relatam ter perdido os avós, e vêem-nos como uma figura de referência nas suas vidas. Já P4, relata a perda de um irmão.

Ao longo das entrevistas de P1, P2 e P3 é perceptível a importância dos Avós nas suas vidas, não só a nível de adultos de referência, mas também a nível do afeto e suporte que destes recebiam. A perda dos avós é associada ao pior momento das suas vidas, como um marco que toca as suas vidas para nunca mais voltarem a ser o já foram. É notório o sentimento de perda e a sua relevante importância na construção da sua identidade enquanto pessoas.

Participantes	Variações empíricas
P1	<i>“A morte do meu avô paterno, chocou-me bastante (...) foi uma sensação grande de perda.”</i>
P2	<i>“A morte do meu avô marcou-me muito (...) porque eu fazia tudo com o meu avô...”</i>
P3	<i>“Foi os quatro anos que vivi com a minha avó (...) entretanto a minha avó faleceu quando eu tinha quatorze anos...”</i> <i>“Era a única pessoa que eu sabia que gostava de mim como eu gostava dela...”</i>
P4	<i>“Perdi um irmão com 37 anos...”</i>

Tabela 7 – Constituintes essenciais da experiência relativos a uma perda significativa na adolescência/ início da idade adulta;

VIII. Falta de capacidade para partilhar o sofrimento que estavam a viver nas suas relações

Partindo da condição já identificada anteriormente, na qual todas as participantes descrevem vivências de violência doméstica, no caso de P1, P3 e P4 aquando do momento em que cometeram o crime e, na situação de P2 numa relação anterior prévia ao crime, importa referir que todas as mulheres desta investigação verbalizaram, ao longo da entrevista dada, que tiveram dificuldade em partilhar o sofrimento que estavam a viver nos seus relacionamentos conjugais. Nas descrições de P1, P2 e P3 a referência a este ponto é bastante clara e evidente, já no que respeita a P4, apesar de não verbalizar esta questão, deixa-a transparecer em descrições detalhadas que faz, nomeadamente num episódio em que deu entrada nas urgências após uma agressão e numa situação em que fugiu de casa, para casa da sua Mãe, e à data, estando decidida a apresentar queixa do marido, a sua própria Mãe tenta demovê-la com a ideia de que o agressor é seu marido e que enquanto mulher teria de suportar as agressões, para preservar a família.

Participantes	Variações empíricas
P1	<i>“Foi não ter sabido agir (suspiro) e foi não procurar ajuda como deveria, isso tudo me trouxe à cadeia!”</i>
P2	<i>“...eu também fui crescendo com esse medo de falar (...) retraía-me muito em termos de mim própria e não falo muito com as pessoas.”</i> <i>“...achava que não merecia ajuda...”</i> <i>“As outras pessoas não tinham que levar com os meus problemas e, então toda a gente desabafava comigo e eu não desabafava com ninguém.”</i>
P3	<i>“Eu sempre escondi, talvez por vergonha (...) acabei por...guardar certas coisas que ele fazia...”</i> <i>“Investigador: E nunca pediu ajuda?”</i>

	<i>P3: Não! Até hoje arrependo-me.”</i>
P4	<p><i>“...ia apresentar queixa na polícia e a minha Mãe com medo disse que era melhor eu ir com ele. “</i></p> <p><i>“...não apresentei queixa porque tinha medo que a segurança social me tirasse os meus filhos.”</i></p>

Tabela 8 – Constituintes essenciais da experiência relativos à falta de capacidade para partilhar o sofrimento que estavam a viver nas suas relações;

IX. Pouca capacidade de socialização e não aceitação por parte dos pares/Fraca rede de suporte (poucos amigos)

Ao longo das entrevistas de P1, P2 e P3 as participantes relatam serem tímidas e com pouca facilidade em fazer amigos. P2 refere que tem apenas duas amigas que a acompanharam ao longo de toda a sua vida. P1 e P3 apenas abordam a relação com os seus pares quando questionadas diretamente a aprofundar esse tema. Na sua narrativa, P4 relata ter boa relação com o grupo de amigos.

Participantes	Variações empíricas
P1	<p><i>“...eu nunca tive muitos amigos, tive sempre dois ou três, o resto eram conhecidos.”</i></p> <p><i>“...sempre fui um bocadinho tímida para fazer amizades.”</i></p>
P2	<i>“...era duas amigas, três amigas aliás e mais nada. As outras eram conhecidas e distantes.”</i>
P3	<i>“Eu nunca tive muitos amigos, porque sempre fui muito gozada de não ter mãe, não ter pai, ser adotada (...) mas também nunca me fizeram falta.”</i>

Tabela 9 – Constituintes essenciais da experiência relativos à pouca capacidade de socialização e não aceitação por parte dos pares/fraca rede de suporte;

X. Verbalização da presença de medo

Em todas as entrevistas é possível perceber, através das descrições das diferentes experiências que, não só o medo esteve presente, como consideram que este foi o desencadeador da ação criminosa. P1 e P3 contam que por medo não agiram. P2 refere que abandonou a filha por medo de perder a estabilidade emocional e relacional que tinha atingido naquele momento da sua vida, e P4, apesar de, mais uma vez não referir explicitamente que teve medo, este fica subentendido ao narrar que no momento antes de ter morto o marido, este a tinha ameaçado a si e aos seus filhos, e terá agido em função desse medo sentido por si e pelos seus filhos.

Participantes	Variações empíricas
P1	“Medo...medo do meu companheiro, não deveria ser essa a explicação que lhe deveria dar..., mas é!”
P2	“...medo de perder as pessoas que estavam à minha volta.” “Por medo, porque eu sentia-me inferior achava que não merecia ajuda.”
P3	“Nesta última relação (pausa) eu fui várias vezes agredida, ao ponto de uma das vezes eu quase perder os sentidos ...(pausa)...e acabei por ficar com medo de morrer e escondi isso de toda a gente.”
P4	“Porque se não, eu fiz para salvar a mim e aos meus filhos...porque ele disse naquele dia que ia matar a mim e aos meus filhos.”

Tabela 10 - Constituintes essenciais da experiência relativos à verbalização da presença do medo;

3.2 - Estrutura

3.2.1 - Estrutura 1 (P1)

Ao longo da sua vida, a participante percebe uma normalização da violência exercida na sua educação, bem como violência doméstica no seu relacionamento conjugal. A mesma, deixa transparecer um embotamento afetivo nas suas descrições. Quando questionada, a sua melhor memória surge relacionada à família, assim como a pior memória, aparece associada à perda do avô. Identifica a dificuldade em partilhar o sofrimento que estava a viver na sua relação conjugal, e ainda, fraca capacidade de socialização e não aceitação por parte dos pares. Por fim, é perceptível a presença do medo que culmina com o momento do crime.

3.2.2 - Estrutura 2 (P2 e P3)

Ao longo das suas vidas, as participantes percebem uma normalização da violência exercida na sua educação, bem como violência doméstica no seu relacionamento conjugal. A figura materna é tida como ausente ou negligente e viveram experiências de abandono. As mesmas, deixam transparecer um embotamento afetivo nas suas descrições. Quando questionadas, a sua melhor memória surge sempre relacionada à família, assim como a pior memória, aparece associada à perda dos avós. Identificaram a dificuldade em partilhar o sofrimento que estavam a viver nas suas relações conjugais, e ainda, fraca capacidade de socialização e não aceitação por parte dos pares. Por fim, é perceptível a presença do medo que culmina com o momento do crime.

3.2.3 - Estrutura 3 (P4)

Ao longo da sua vida, a participante relata a presença de violência doméstica no seu relacionamento conjugal. A figura materna é tida como ausente ou negligente e viveu experiências de abandono. A mesma, deixa transparecer um embotamento afetivo nas suas descrições. Quando questionada, a sua melhor memória surge sempre relacionada à família, assim como a pior memória, aparece associada à perda do irmão. Identifica a dificuldade em partilhar o sofrimento que estava a viver na sua relação conjugal. Por fim, é perceptível a presença do medo que culmina com o momento do crime.

3.3 – Variações das estruturas 1, 2 e 3

As estruturas integram a experiência de Mulheres, que no decorrer da sua vida desenvolveram uma forte pertença da família de origem (P1, P2 e P4), família essa liderada pelo Pai, que é visto como “herói”, apesar da sua austeridade e violência, geralmente física. As quatro experiências revelam a presença de maus tratos na infância por parte dos seus cuidadores, P1, P2 e P4 por parte do Pai, P3 por parte da irmã mais velha. A titularidade, dos maus tratos infantis, transita dos cuidadores para os companheiros, dado as quatro entrevistadas terem sido vítimas de violência doméstica, tanto na infância no seio familiar, como na idade adulta na vida conjugal.

Apesar de existir a figura materna, esta é ausente (P1 e P2) ou abandonada (P3 e P4). Três das quatro entrevistadas (P1, P2 e P3) referem que ao longo da sua infância e juventude eram reservadas / tímidas e que nunca tiveram muitos amigos. Seguindo a mesma linha, há a salientar o pouco investimento e ligação nos relacionamentos da esfera pessoal (P1, P2, P3 e P4), verificando-se sempre uma predominância dos relacionamentos dentro da própria família. Nas narrativas, a maior perda ocorre, maioritariamente no início da idade adulta (P1, P2, P3 e P4), e está sempre relacionada a uma pessoa, a saber, a perda dos avós (P1, P2 e P3), ou do irmão (no caso de P4).

Quando confrontadas com o sucedido, todas as entrevistadas atribuem a culpa ao medo, sendo esse medo físico (P1, P3 e P4) ou idealizado/imaginado (P2). De salientar ainda, que todas as participantes identificaram o facto de não terem sido capazes de partilhar verbalmente o sofrimento que estavam a sentir nas suas relações conjugais, acrescentando que se fosse hoje teriam procurado auxílio e acreditando que talvez isso tivesse mudado o rumo das suas vidas e não estivessem no lugar onde estão (prisão).

Uma vez apurados todos os elementos da historicidade destas mulheres que cometeram crime, torna-se deveras relevante salientar quais os constituintes primordiais do fenómeno em estudo, a historicidade, que constam na descrição das suas vivências, quer isto dizer, sublinhar quais os elementos que estão sempre presentes na estrutura das suas histórias e nos permitem generalizar e compreender o fenómeno na sua intensidade. Assim, temos que, na história vivida de todas as

participantes encontramos a presença de violência doméstica, o embotamento dos afetos face aos outros e a si mesma, as melhores memórias passadas são vividas no seio da família, a perda mais significativa ocorreu na adolescência (avós ou irmão), há uma falta de capacidade de partilha com os outros do sofrimento vivido na relação conjugal e conseqüente incapacidade de pedido de ajuda e, por último, há uma forte experiência do medo que começa na infância (família) e se estende até ao momento do crime de homicídio (relação conjugal).

Capítulo IV

4.1 - Discussão

Através da análise dos resultados obtidos nas entrevistas descritivas, é possível perceber que existem transversalidades que entrecruzam as experiências vividas por cada uma das participantes, experiências essas que têm a sua origem na família.

Tendo por base o carácter exploratório permitido pelas entrevistas, e ainda que direcionadas e balizadas por um guião semiestruturado, torna-se pertinente referir que as respostas obtidas se centraram em três grandes sistemas: a família de origem, a família “escolhida” e o Eu.

Embora as questões não se circunscrevam a um microssistema específico, as narrativas foram sempre remetidas para o contexto da família, não existindo nenhum movimento de valorização de externalidades à família, sendo ela biológica ou não.

4.1.1 - Família de Origem

Ao longo das quatro entrevistas, é possível perceber-se uma certa ambiguidade nos relatos, relativos à família, na medida em que são discursos fundamentalmente positivos que narram situações de vulnerabilidade nas famílias. P1 e P2 relatam situações de violência na educação passada pelos progenitores, sendo que P2 relata várias vezes a conduta agressiva do pai. P3, refere várias agressões por parte da sua irmã biológica e um distanciamento afetivo da sua Mãe adotiva, e P4 no seu discurso relata a situação económica bastante frágil em que vivia na sua infância. Mesmo verbalizando todos estes contextos, as quatro entrevistadas relatam a boa relação que têm/tiveram com a família. P1, P2 e P4 relatam que as suas famílias são o seu grande pilar, P3 relata que neste momento da sua vida está a retomar o contacto com a sua família biológica.

Para Debarbiaux (2001), a violência é antes demais nada aquilo que eu considero como tal, olhando para o fenómeno na sua intimidade e não como um conceito geral

uniforme para cada ser. Segundo a OMS, a violência é definida pela utilização da força ou poder, intencional, através de um ato ou ameaça, tendo probabilidade de provocar danos físicos, psicológicos, privação, morte e a desestruturação do desenvolvimento do ser.

Segundo Krug *et al* (2002), do conceito de violência surgem outros cinco conceitos: o seu impacto, a sua intencionalidade, o poder, os alvos e a natureza. Ao longo das descrições das experiências vividas pelas participantes, é possível perceber a perpetuação dos ciclos de violência intrafamiliar, exercida por uma figura de referência na família, figura essa austera que exerce o seu poder com a premissa da educação. Esta questão é trazida por Peixoto (2017), como a naturalização da violência contra a mulher, sendo, segundo Dias e Cotrim (2015) um mecanismo simbólico de poder em que as pessoas que se encontram em situação de violência não compreendem a conjuntura como violência e aceitam-na. Ao longo dos relatos é possível perceber o impacto deixado por esta temática, pelo que definimos a mesma como a normalização da violência na educação. Segundo Martins *et al* (2017), a violência familiar tem sido vista como habitual e socialmente aceite em alguns círculos, tal como verificamos em P1, P2 e P4 em que a criança e a Mulher são vistas como propriedade do homem.

À boleia da ideia exposta acima, surge a ausência de referências, no discurso, da figura materna. Por oposição à figura paterna, austera, sempre presente e fundamental no processo educativo, a figura materna é esquecida nos relatos (P1), percebida como uma figura que se desvanece na relação e no relato e com a qual tem um relacionamento conflituoso (P2), com uma atitude distante (P3) ou como negligente e abandonada (P4). Bowlby (1981), faz referência ao facto de a privação materna ser preponderante na formação da personalidade dos indivíduos, podendo promover a construção de uma estrutura de personalidade com dificuldade no estabelecimento de relações afetivas com o outro. A experiência do abandono, está presente nos discursos de P2, P3 e P4 estando associado a uma experiência traumática que condiciona e limita as relações interpessoais.

Ainda que no presente momento nos encontremos centrados apenas na esfera da família de origem, o constituinte “figura materna ausente ou negligente”, servirá de

rampa de lançamento para as questões que pretendemos trabalhar na esfera do “eu”. Num outro estudo, Winnicott (1987), identifica que as ruturas prolongadas na relação entre mãe e filho causam danos na estrutura emocional da criança e será preponderante na construção da sua personalidade, nomeadamente na forma em como a criança se relacionará com o outro, seja na dificuldade de estabelecimento de laços afetivos, na socialização, na ausência de sentimentos ou expressão destes, ou até mesmo na possibilidade de vir a delinquir.

Ainda, segundo Souza *et al* (2020), num revisitar da teoria de Bowlby, referem que em alguns casos a ausência da figura materna leva ao que chamam de psicopatia insensível, a uma incapacidade em criar afetos no relacionamento interpessoal, tornando-se estas pessoas mais propensas ao comportamento delincente e ao comportamento antissocial, bem como ao parco desenvolvimento da sua autoestima.

Tal como já havíamos visto anteriormente, ainda que o guião da entrevista não estivesse fundamentalmente construído com questões relativas à família, é possível verificarmos, nos discursos livres das entrevistadas uma preponderância da família não só como um fonte de dor, mas também como um veículo de amor, sobretudo nas questões relativas às melhores memórias, que nas quatro entrevistas apontam para memórias familiares, assim como na questão da maior perda, em que todas remetem a questão para a perda de um familiar, três das quatro os Avós.

As pesquisas realizadas, primeiramente, na questão relativa à família como espaço de dor e amor, conduziram o investigador à problemática da vinculação nas famílias maltratantes, remetendo-nos para o que atrás identificámos como a normalização da violência em que as vítimas não reconhecem os ciclos de violência e encaram-na como uma expressão de amor, neste caso na forma de educação.

Mahne e Motel-Klingebiel (2012), num estudo realizado acerca da importância subjetiva da influência dos avós na vida dos netos, chegam à conclusão de que a interação com os avós é fundamental para a integração social das crianças na passagem de competências de socialização para a vida adulta, através de uma influência positiva.

Verificou-se uma carência de estudo nesta temática, pelo que se considera pertinente aprofundar investigação deste assunto, uma vez que, uma perda consideravelmente significativa poderá ter um impacto tão profundo ao nível da construção da personalidade, a saber na adolescência/início da idade adulta, que mais tarde poderá vir a repercutir-se no *acting out* na vida adulta. Através das narrativas destas mulheres, identificou-se que este elemento chave, a perda dos avós, vinca profundamente a sua historicidade.

4.1.2 - Família escolhida

O segundo sistema está ligado à família escolhida. Ao longo dos discursos das entrevistadas é possível perceber-se que as suas escolhas as guiaram a relações em que viveram violência doméstica. Segundo, Rivera-Rivera *et al* (2003), as mulheres que experienciaram maus tratos na infância são mais suscetíveis de vivenciar relações de violência doméstica, no futuro, por parte dos seus companheiros.

“A família é espaço de proteção, de desenvolvimento, de afeto, de organização estrutural, emocional e identitária, mas é também espaço de opressão, de conflito, de destruturação e de violência, podendo constituir fator de proteção ou de risco” (Ramos, 2004). De acordo com a autora, a violência no seio familiar afeta sobretudo as mulheres, as crianças e os idosos, em diversas culturas e estratos sociais, sendo considerada muitas vezes como natural das normas familiares.

Ainda que, cada experiência seja única e singular, existe um padrão na questão relativa à vivência da violência, a qual começa por ser aceite e normalizada por parte das figuras parentais, nomeadamente nas situações de P1, P2 e P4 e acaba por ser assumida também como normal na relação com os companheiros, e assumindo, tal como refere P1, que considerava à altura ser amor, hoje, à distância, já não sentem da mesma forma. Rodrigues e Sousa (2018) refere-nos que um dos fatores de risco das vítimas de violência doméstica centra-se no facto de ter experienciado violência doméstica no passado direta ou indiretamente.

Na família partilham-se vivências, emoções e intimidade. No ambiente familiar as experiências são vividas, os problemas são ultrapassados e os projetos de vida são construídos em conjunto. Isto remete para a noção das fragilidades de cada um dos seus membros, por serem tão bem conhecidos uns dos outros e esta coexistência pode levar a uma facilitação da vingança e da agressão, aquando do surgimento dos conflitos, sempre que o casal não seja capaz de resolvê-los de forma eficaz através da comunicação e compreensão, o conflito pode agravar-se ainda mais (Gelles & Straus, 1988).

Nos ciclos da violência, cada vez mais a mulher se sente isolada socialmente, incapaz de pedir ajuda, por vezes é humilhada publicamente sentindo-se impotente e inferiorizada, e, não raras vezes, está sujeita a intimidação e ameaças que podem ser percecionadas como um risco para a sua integridade física, trata-se do exercício do poder masculino ao qual a mulher já se habituou a não questionar e a remeter-se ao silêncio.

Na vivência deste silêncio, a mulher procura em si mesma quais os motivos que a levaram até àquele momento, muitas vezes existe uma autculpabilização pelo sucedido, pelo que este se torna o principal motivo que a impede de reagir (Gelles & Straus, 1988).

Através dos relatos de P1 é possível perceber uma desculpabilização da atitude agressiva do companheiro com base no amor. P2 e P4 mantiveram-se nas relações, segundo as próprias por motivos familiares. Na situação de P3 a família não sabia das agressões, e havia muito boa relação da sua família com o cônjuge, já P4, manteve-se na relação forçada/influenciada pela Mãe, sabendo a progenitora das situações de violência, mas ainda assim pediu-lhe que aguentasse em nome dos ideais da família. Por fim, no caso de P2, a pressão colocada não é por terceiros, mas autoinfligida, referindo que não queria estragar tudo mais uma vez.

4.1.3 - A Dimensão do Eu

Segundo, Campello e Figueiredo (2016), o ser humano caracteriza-se por ser fruto de um ambiente sociocultural, e carrega em si as marcas das vinculações associadas a um determinado contexto histórico. Quer isto dizer, que na nossa construção, transportamos as marcas do que vivemos e do que nos foi permitido experienciar. Os mesmos autores, caracterizam o embotamento como uma consequência, da educação, que torna a pessoa menos sensível ou com as emoções entorpecidas, na medida em que é fruto de uma educação com um viés disciplinador e castrador a ponto de impor silêncios funcionais, despojados de afetividade.

Tal como é possível perceber através das narrativas, este efeito devastador da presença da violência ao longo da construção da identidade deixa vincos que dificultam as vivências singulares futuras e a interação com o outro, tal como nos referem Campello e Figueiredo (2016).

Agregado aos efeitos do já referenciado no parágrafo anterior, surgem duas questões como sintomas de uma obrigatoriedade na gestão dos sentimentos, de uma forma fria e crua, no interior destas mulheres, impossibilitados muitas vezes de serem exteriorizados, resultam na dificuldade de socialização e em partilhar o sofrimento interno. Ao longo dos relatos das vivências e experiências das quatro mulheres, é preponderante a verbalização da dificuldade de socialização, muito vincada em P1, P2 e P3 chegando mesmo a ser assumida como uma característica da sua personalidade. Os autores Brino e Souza (2016) abordam a questão da violência intrafamiliar contra a criança, enquanto potenciadora de consequências no processo de desenvolvimento, verificando-se alterações no comportamento, na expressão das emoções, no processo de socialização e, também, no processo de aprendizagem, que comprometem o seu percurso em tornar-se um adulto saudável. Outros ainda, Davis *et al* (2015), assinalaram a violência intrafamiliar exercida sobre a criança e adolescente, com efeitos adversos na sua inteligência a longo prazo, traduzindo-se numa diminuição da capacidade para lidar com situações traumáticas, dificuldade na socialização pode inibir a capacidade de pedir ajuda de modo ajustado. Peixoto (2017) aponta para uma relação entre experiências traumáticas e a prática de crimes.

Abstraindo-nos do momento em que cometeram o crime, e não retirando a agencialidade que lhes foi imputada, quando confrontadas com o que aconteceu ao longo das suas vidas para terem chegado ao local onde se encontram hoje, a prisão, a resposta é unânime, a dificuldade em partilhar o sofrimento porque passaram P1, P3 e P4 na relação com os seus companheiros e, no caso de P2, na relação consigo própria e na relação com o outro.

O isolamento criado por esta espiral de afastamento das redes de suporte social, enquanto possíveis botes de salvação, levou estas mulheres à intensa experiência do medo.

A literatura descreve que as mulheres são mais propensas à autodefesa do que os homens (Milardo, 1998), principalmente nos casos de homicídio conjugal. Todavia, a questão da autodefesa apenas justifica uma parte das agressões cometidas por mulheres, segundo o estudo de Follingstad *et al* (1991, cit. por Malley-Morrison & Hines, 2001). Alguns autores sugerem ainda que o exercício de controlo e o medo, representam a motivação mais comum na violência doméstica conjugal, levada a cabo por homens sobre as mulheres (Brinkerhoff & Lupri, 1988; Milardo, 1998; Vivian & Langhinrichsen-Rohling, 1994 cit. por Malley-Morrison & Hines, 2001). Contudo não podemos deixar de salientar que se trata de violência sob as mais diversas formas, a violência física (P1, P3 e P4), que engloba as ameaças, o abuso verbal, a humilhação e o isolamento. Ainda, a coerção sexual constitui uma outra forma de exercer controlo, sendo esta utilizada tanto por homens como por mulheres. (Swan & Snow, 2002).

Ora, o medo não se constitui apenas como um fator desencadeador de violência, mas também é uma consequência da mesma. Para Milardo (1998), o medo potencia a violência com maior frequência nas mulheres do que nos homens.

Seguindo a mesma linha, um estudo realizado por Swan e Snow (2002) identifica que as mulheres fazem relatos de experiências de medo aquando da vivência de episódios de violência com mais frequência do que os homens. Refere ainda, que os homens utilizam o medo como uma forma de controlo, já as mulheres, vivem o medo como uma motivação para cometerem um ato de vingança. Ou seja, quanto maior for a violência do homem exercida sobre a mulher, mais elevada é a forma como o medo é

percecionado pela mulher e, conseqüentemente, quanto maior for o medo sentido, aumenta a possibilidade da retaliação da mulher, alimentando um ciclo de escalada da violência mútua.

Conclusões

Ao longo do presente documento procurou-se explorar e compreender a historicidade de mulheres que se encontram a cumprir pena de prisão pelo crime de homicídio. Sendo um trabalho de caráter exploratório, não se pretende generalizar os resultados obtidos, mas sim olhar em profundidade para cada história e retirar dela os marcos mais importantes.

Ainda que se acredite que cada Ser é livre para escolher o seu percurso, também se acredita que a história individual de cada um de nós é preponderante nas escolhas e caminhos percorridos. Para além do exposto, há ainda a forma como cada um de nós olha e percebe as suas próprias experiências, a partir do seu quadro de referências que, segundo Coimbra de Matos (2002) ocorrem em uníssono com os acordes internos apreendidos.

A presença da mulher no crime, tem sido ao longo dos últimos tempos bastante dissecada por vários autores, contudo, e após as várias pesquisas realizadas, persiste a questão, quem eram estas mulheres, que se encontram hoje detidas pelo crime de homicídio, antes de cometerem o crime? Esta questão, não nos remete para o porquê de terem cometido o crime, não nos remete para o momento do crime, nem para a própria situação de reclusão, remete-nos antes para as suas vivências, as suas experiências subjetivas, para “o que aconteceu” e “como foi que aconteceu” para si.

Através das entrevistas exploratórias realizadas percebeu-se que existem denominadores comuns nas experiências de cada uma das mulheres entrevistadas, e ainda que tenham sido identificados vários elementos considerados essenciais na experiência de cada uma, existem elementos comuns primordiais e preponderantes:

- Normalização da Violência na educação;
- Violência doméstica;
- Embotamento afetivo;
- Família como espaço de boas memórias;

- Perda significativa na família;
- Dificuldade em partilhar o sofrimento que estavam a viver nas suas relações;
- Presença do medo.

Perante os constituintes que se impuseram foi possível dividi-los em três sistemas, a família de origem, a família escolhida e o Eu, contudo estes três sistemas consideram-se dinâmicos na medida em que se entrecruzam e se influenciam a cada passo, construindo assim a personalidade das participantes.

Limitações e propostas de investigação futura

“Todos os investigadores sabem que não há métodos perfeitos” (Giorgi e Sousa, 2010). Ainda que esta seja uma realidade, considera-se que a utilização do método fenomenológico de Giorgi foi uma mais valia na proximidade e profundidade trazidas, que outros métodos não trariam. Da mesma forma, foram já levantados até aqui, por outras perspetivas, condicionalismos na utilização deste método.

O facto do levantamento de dados ser materializado em descrições retrospectivas, suscetíveis de erros, enganos ou exageros da realidade e, ainda que estas situações ocorram de facto, segundo Giorgi e Sousa (2010), o objetivo do estudo centrou-se na obtenção de descrições tão detalhadas quanto possível das experiências vividas subjetivamente, e não em relatórios objetivos e concretos, tendo a noção de que a mesma experiência pode ser vivida e sentida de forma diferente por cada indivíduo. Convém lembrar que no contexto fenomenológico, este passo, interessa, na medida em que as situações são apresentadas àqueles que as experienciam e não em relação à forma concreta em que existiram ou aconteceram. Quer isto dizer que, o que se torna essencial nesta metodologia é a riqueza dos dados que surgem à consciência das participantes, tal como surgem, nas suas descrições da forma como sentiram cada episódio das suas vidas e, o modo como esse sentir pode condicionar as suas escolhas presentes e futuras, à medida que constroem o seu projeto de vida existencial.

Outra questão que surge como uma limitação do estudo realizado é o facto de todo o processo estar dependente da subjetividade do investigador. Apesar desta questão ser legítima, há que ressaltar que toda a análise realizada é guiada por linhas de orientação rigorosas que conduzem o investigador. Segundo Giorgi e Sousa (2010), um enviesamento ou um erro numa das estruturas, não limitam ou comprometem os dados finais, sendo o essencial a composição da estrutura final.

A dimensão da amostra constitui, na ótica do investigador, uma limitação uma vez que é composta apenas por quatro participantes, contudo, a utilização do método fenomenológico não visa resultados universais, mas sim conhecer aquelas histórias idiossincráticas em profundidade.

No que respeita a linhas de intervenção futura, considera-se, antes de mais nada, que seria interessante replicar o estudo realizado a um número maior de homicidas de género feminino e, noutros estabelecimentos prisionais, tendo em vista a consolidação dos dados recolhidos e dos resultados alcançados. Tendo em conta os pressupostos definidos no método fenomenológico, nomeadamente a subjetividade trazida pela análise do investigador, seria interessante lançar um novo olhar sobre os resultados para complementar ou corroborar o estudo realizado.

Não sendo o objetivo da presente investigação, considera-se ainda que se abriu uma porta para o estudo da historicidade, e para a incontestável importância que a mesma tem para a construção da personalidade e carácter do indivíduo (modo de ser), bem como, nas suas escolhas na construção do seu projeto existencial (modo de estar). Nesta lógica, surgem mais duas linhas de intervenção pertinente no futuro, a saber, a abrangência do mesmo estudo a homicidas de género masculino e, também, aplicar o mesmo estudo a pessoas que se encontrem a cumprir outro tipo de penas. O objetivo seria o levantamento das experiências subjetivas dos indivíduos, tendo em vista o alargamento do conhecimento dos fundamentos das práticas de crimes.

Acredita-se que, apenas se conseguirá intervir com e sobre aquilo que se conhece e se verbaliza, abrindo um mundo de possibilidades para o autoconhecimento do ser. Pelo que se torna da máxima importância um trabalho terapêutico que facilite este diálogo da pessoa consigo mesma, no sentido de aperceber-se e compreender as suas

experiências, os seus padrões de comportamento, as suas escolhas, os seus relacionamentos e afetos, para que numa fase posterior possa re-significar essas mesmas experiências e, até mesmo, escolher-se de um modo mais autêntico, mais livre do seu passado, tal como refere Sartre (1997):

“Não importa aquilo que fizeram de mim, importa aquilo que eu faço com aquilo que fizeram de mim”.

Implicações do Estudo

Vários foram os estudos elaborados que abordaram investigações acerca do tema da criminalidade feminina. Uns direcionados para o conhecimento do fenómeno em si, relativos ao ato do crime, outros na exploração das vivências após a condenação e institucionalização das reclusas.

O presente estudo teve como único objetivo o aprofundamento e exploração da historicidade de mulheres que cometeram homicídio e, face aos resultados obtidos, acredita-se que existe como que um padrão, no grupo das mulheres entrevistadas, padrão esse que as segregou e que, provavelmente, as terá levado a cometer o crime pelo qual se encontram detidas. Não desconsiderando a agencialidade destas mulheres, bem como a liberdade de escolha no momento em que desencadearam a dita ação, considera-se o crime como se de um escape se tratasse às suas vivências, às correntes que as amarravam, como que um grito de fuga ao aprisionamento que experienciaram ao longo das suas vidas.

Tal como nos deparámos, nas narrativas das mulheres entrevistadas, a violência foi um elemento que desde sempre as acompanhou, primeiramente materializada nas figuras de referência e, posteriormente, nos seus companheiros de vida. A perpetuação do fenómeno da violência é cíclica, na medida em que na vida procuramos, na maioria das vezes, o conhecido, ainda que este processo possa não ser uma escolha intencional no momento presente à data. Este ponto encerra em si duas questões subjacentes, em primeiro lugar a necessidade de investimento dos serviços competentes para o efeito e,

num momento posterior, a reeducação das vítimas, do ponto de vista do seu desenvolvimento pessoal e emocional, nomeadamente através do acompanhamento terapêutico prolongado no tempo.

Tendo em perspetiva a historicidade, de cada participante do presente estudo, e refletindo acerca da composição do trajeto de proteção social existente, nomeadamente a proteção na infância e juventude e já na idade adulta, apercebe-se que existe um hiato no acompanhamento das vítimas. Este hiato, é composto pela ausência de apoio numa determinada fase da vida da vítima, que poderia ser crucial no seu desenvolvimento, como nos apercebemos. Quer isto dizer, agora de uma forma generalizada, o acompanhamento prestado pelos serviços competentes, a uma criança finda quando esta atinge a maioridade (18 anos), podendo ser prolongado, em alguns casos, até aos 21 ou 25 anos de idade. Ao deixar de ser acompanhado por estes serviços, o agora jovem adulto que poderia ter sido sinalizado como um agressor ou uma vítima, deixa de estar referenciado no sistema e, na eventualidade, deixa de ter um acompanhamento técnico que monitorize a possibilidade de reincidência. Caso reincida no crime, este adulto vai dar entrada no sistema penal e de reinserção social. Caso reincida na posição de vítima, a menos que surja de um pedido de ajuda, esta situação irá perpetuar-se no tempo, tal como pudemos constatar na história de vida das participantes deste estudo, as quais são um exemplo expresso de perpetuação de ciclos de violência e maus tratos nas suas narrativas, perpetuando assim a vivência do trauma repetidamente.

Bibliografia

- Adichie, C., 2009. *O Perigo da História Única*. Nova York: Tedglobal, https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story ;
- Almeida, L. S., & Freire, T., 2017. *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios Edições, 5ª ed;
- Almeida, R., 2000. Mulheres que Matam: O Universo Imaginário do Crime no Feminino. Tese de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará;
- Andrade, M. & Dias, J., 2013. *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora;
- Bowlby, J., 1981. *Cuidados Maternos e Saúde Mental*. São Paulo, Martins Fontes;
- Braga, E., Dias, C., Oliveira, S., Ribeiro, J., Santos, L., & Silva, O., 2016. Mulheres que Cometeram Homicídio: Representações Práticas e Trajetórias Sociocriminais. *Revista de Psicologia da IMED*, Vol. 8/201, pp. 20-29;
- Brino, R. F.; Souza, M. A., 2016. Concepções sobre Violência Intrafamiliar na área Educacional. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 1251-1273, out./dez. 2016;
- Calixto, I., 2016. Mulher no Crime: Submissa ou Subtil.? *Dissertação de Mestrado*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna;
- Campello, A., Figueiredo, P., 2016. Embotamento afetivo: Reação ao Abuso Infantil? *Veredas, Revista Eletrônica de Ciências*. Ano 12, Vol. 9, nº3;
- Carvalho Teixeira, J., 1997. Introdução às Abordagens Fenomenológica e Existencial em Psicopatologia (II): As abordagens existenciais. *Análise Psicológica*, 2 (XV);
- Cláudio, R., 2016. A Experiência do Homicídio Cometido por Mulheres. *Tese de Mestrado*. Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida;
- Coimbra de Matos, A., 2002. *Desespero*. Climepsi Editores;

Cusson, M., 2011. *Criminologia*. Alfragide: Casa das Letras;

Davis, A. S., Moss, L. E., Nogin, M. M., Webb, N. E. (2015). Neuropsychology of Child Maltreatment and Implications for School Psychologists. *Psychology in the schools*, v. 52, n.1, p. 77-91, 2015;

Debarbieux, E., 2001. A violência na escola francesa: 30 anos de construção social do objeto (1967-1997). *Revista Educação e Pesquisa*, nº 27;

Dias, J. F., Andrade, J. da C., 2013. *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora;

Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, 2020
<https://dgrsp.justica.gov.pt/Estat%C3%ADsticas-e-indicadores/Prisionais/2020> ;

Duarte, V., 2012. *Discursos e Percursos na Delinquência Juvenil Feminina*. Edições Humus;

Duarte, V., 2015. Delinquência Juvenil Feminina a Várias Vozes. Contributos Para a Construção de Uma Tipologia de Percursos Transgressivos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 78;

Dumbo, M., 2019. Criminalidade e Género: Homicídios Praticados por Mulheres em Angola. *Tese de Doutoramento. Universidade Católica Portuguesa*;

Eco, U., 2015. *Como se Faz um Tese em Ciências Humanas*, 19a Ed. Lisboa: Presença;

Fernandes, N., Natividade, C., 2020. A Naturalização da Violência contra a Mulher. *Brazilian Journal of Development*;

Foucault, M., 1994. *História da Sexualidade I- A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio D'Água;

Gelles, Richard J. & Straus, Murray A., 1988. *Intimate violence: the causes and consequences of abuse in the American family*. New York: Touchstone;

- Giordano, P., Cernkovich, S., & Rudolph, J., 2002. Gender, Crime and Desistance: Toward a theory of cognitive transformation. *American Journal of Sociology*, vol. 107;
- Giorgi, A., 2006. Difficulties Encountered in The Application of the Phenomenological Method in the Social Sciences. *Análise Psicológica*, 3 (XXIV). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada;
- Giorgi, A. & Sousa, D., 2010. *O Método Fenomenológico de Investigação em Psicologia*. Lisboa: Fim de Século;
- Godoy, A., 1995. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3;
- Guerra, I. C., 2002. *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção: o Planeamento em Ciências Sociais*, 2ª ed. Cascais: Principia Editora;
- Guerra, I. C., 2006. *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo- Sentidos e formas de uso* (1ª Ed.). Principia Editora;
- Hall, D., Brownstein, H., Crimmins, S., Spunt, B.& Langle, S. 1996. Homicide By Women. Office of Justice Programs;
- Heidegger, M. 2005. *Ser e Tempo Parte II*. (12ª Ed.) Editora Vozes;
- Heidensohn, F., 1985. *Women and Crime*. Macmillan;
- Howe, A., 2001. *Punish and Critique: Towards a Feminist Analysis of Penalty*, Routledge, Taylor & Francis Group. London and New York;
- Ishiy, K., 2014. A Desconstrução da Criminalidade Feminina. *Tese de Mestrado da Faculdade de Direito de São Paulo*;
- Ishiy, K., 2019. *Estatísticas Prisionais Portug/uesas*. Coimbra;
- Krug EG et al., 2002. *World report on violence and health*. Geneva, World Health Organization;

Lakatos, E. M. & Marconi, M. A., 1996. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*, 3ª Ed. São Paulo: Atlas;

Langdridge, D., 2007. *Phenomenological Psychology: Theory, Research and Method*. Harlow, UK: Pearson Education;

Lima, J. et. al., 2017. Teorias Sociológicas Sobre a Criminalidade. Análise Comparativa de Três Teorias Complementares. *Revista Alamedas*, Vol. 5, n. 2;

Lombroso, C. & Ferrero, G., 1896. *La Femme Criminelle et la Prostituée Felix*. Alcan Éditeur;

Machado, H., 2008. *Manual de Sociologia do Crime*. Afrontamento: Porto;

Mahne, K., Motel-Klingebiel, A., 2012 *The Importance of the Grandparent Role – A Class Specific Phenomenon? Evidence from Germany*. *Advances in Life Course Research*. Elsevier;

Malley-Morrison, K. & Hines, D., 2001. *Psychological Effects of Partner Abuse Against Men: A Neglected Research Area*. *Psychology of Men & Masculinity*. Vol. 2, (2), 75-85;

Manita, C., Negreiro, J., & Agra, C. 1997. *Planos de vida, droga e crime*. In C. Manita,

Marsh, I., Melville, G., Morgan, K., Norris, G., Walkington, Z., 2006. *Theories of Crime*. New York: Routledge;

Marsicano, A., 2016. *Histórias de Vida, Histórias de Morte. O Protagonismo Feminino nos Crimes Contra a Vida*. Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Juíz de Fora. Instituto de Ciências Humanas.

Martins, E., Rato, M., Marques, E. 2017. *Violência Familiar: Conceitos, Impacto e Intervenção dos Profissionais de Saúde*. Egitania Ciencia;

- Matos, R. & Machado, C., 2007. *Reclusão e Laços Sociais: Discurso no Feminino. Análise Social, vol. XLII*;
- Matos, R., 2006. *Vidas Raras de Mulheres Comuns – Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas. Tese de Doutoramento em Psicologia. Universidade do Minho*;
- Mauss, M., 1947. *Manual de Etnografia. Ligações Dom Quixote. Nova Enciclopédia*;
- McAdams, D., 1997 *Handbook of Personality Psychology*. Northwestern University. Academic Press;
- Milardo, R., 1998. Gender asymmetry in common couple violence. *Personal Relationships. Vol. (5),423-443*;
- Negreiros, J., Agra, C., & Guerra, M., 1997. Planos existenciais, droga e crime (vol 9, parte A.). Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.;
- Peixoto, P., 2017. O Necessário Diálogo entre a Criminologia Feminista e o Empírico. *13th Women's Worlds Congress. Anais Eletrónicos*;
- Pollak, O., 1950. *The Criminality Of Women*. University of Pennsylvania. Press: Philadelphia;
- Ramos, N., 2004. *Psicologia clínica e da saúde*. Lisboa: Universidade Aberta;
- Ricouer, P., 2007. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. De Unicamp;
- Rivera-Rivera L., Lazcano-Ponce E., Salmerón-Castro J., Salazar-Martinez E., Castro R., & Hernández-Avila M., 2003. Prevalence and determinants male partner violence against mexican women: A population-based study. *Salud Pública de México, 46*;
- Rodrigues, J., Sousa, C., 2018. A violência Doméstica e as suas Implicações Sociopsicológicas e Processuais. *Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Working Paper nº09/2018 Outubro 2018*;

Sartre, J. P., 1997. *O Ser e o Nada: Ensaio de ontologia fenomenológica*. Petrópolis: Vozes, 1ª ed;

Simões, R., 2011. *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas: Políticas de (In)justiça no Discurso dos Media*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento em Letras;

Sistema de Segurança Interna, 2021. *Relatório Anual de Segurança Interna. Gabinete do Secretário Geral, SIS*, <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=relatorio-anual-de-seguranca-interna-2021>

Skrapec, C. A., 2001. *Phenomenology and Serial Murder Asking Diferente Questions*. Homicide studies;

Smart, C., 1976. *Women, Crime and Criminology: a feminist critique*. Boston: Routledge, Kegan Paul;

Souza, A., Freire, A., Souza, F., Araujo, E., 2020. Revisiting Bowlby's hypothesis: attachment theory, neuroendocrine maturation and predisposition to psychopathologies. *Research, Society and Development*, vol. 9, nr 11, 2020;

Sutherland, Edwin H.; Cressey, Donald R.; Luckenbill, David F., 1992. *Principles of Criminology*. 11. ed. New York: General Hall, (The Reynolds Series in Sociology);

Swan, S., & Snow, D., 2002. A typology of women's use of violence in intimate relationships. *Violence Against Women*, vol. 8, 286–319;

Taylor, I. et. al., 1973. *The New Criminology: For a Social Theory of Deviance*. Routledge;

Tedeschi, L., 2012. *As Mulheres e a História: Uma Introdução Teórico Metodológica*. UFGD Editora;

Tieger, Todd., 1993. On the Biological Basis of Sex Differences in Aggression. *Child Development*. Maryland, Rowman & Littlefield Publishers, v.4, nº 51;

Willig, C., 2013. *Introducing Qualitative Research in Psychology*. New York: MCGraw Educating;

Winnicott, D., 1987. *Privação e delinquência*. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo, Martins Fontes;

World Drug Report, 2017. United Nations Office on Drugs and Crime. <https://www.unodc.org/wdr2017/index.html>

World Health Organization. Global consultation on violence and health. *Violence: a public health priority*. Geneva: WHO; 1996;

ANEXOS

Anexo 1 – Carta enviada à DGRSP

Exmº Senhor Director Da Direção-Geral
de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)

15 de Novembro de 2020

O aluno Tiago de Castro Freire Sanchez Jorge encontra-se a finalizar o Mestrado em Ciência Policiais na especialidade de Criminologia e Investigação Criminal, no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. A atribuição do grau de Mestre prevê a elaboração de uma dissertação nas áreas e temáticas estudadas ao longo do curso.

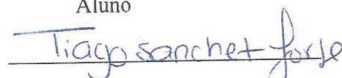
Nesta medida, o aluno propôs-se estudar a Historicidade da Mulher que comete homicídio, dependendo este estudo de entrevistas realizadas a Mulheres condenadas pelo crime de homicídio, no Estabelecimento Prisional de Tires. Tendo em conta o momento pandémico pelo qual passamos, sugere-se na prossecução do mesmo estudo a realização de entrevistas on line, seguindo o guião previamente planeado para as entrevistas presenciais.

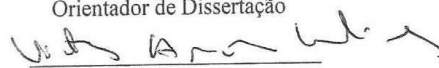
Caso não seja viável a realização da atividade proposta no parágrafo anterior, sugere-se a aplicação de entrevistas escritas. Estando o estudo previsto enquadrado sob as premissas do método fenomenológico, o mesmo permite e viabiliza a realização das entrevistas por via escrita sem comprometer os resultados.

Neste contexto, vimos solicitar que autorize a realização de entrevistas às condenadas por homicídio, comprometendo-se o aluno a fornecer os dados e as conclusões da investigação, logo que este os tenha terminado.

A vossa colaboração é indispensável para este estudo pelo que agradecemos, antecipadamente, toda a atenção e disponibilidade.

Com os meus melhores cumprimentos,

Aluno

(Tiago Sanchez Jorge)

Orientador de Dissertação

(Vitor Amorim Rodrigues)

Anexo 2 – Carta resposta DGRSP



Exmo(a) Senhor(a)

Dr. Tiago Sanchez Jorge

tiagosanchezjorge@gmail.com

V/ referência	N/ referência	Ofício N.º	Data
		11/CCCRE	25.01.2021

Assunto: Investigação académica para Mestrado em Ciências Policiais e Segurança Interna

Tenho a honra de informar V. Exa que, por despacho do Sr. Diretor-Geral, Dr. Rómulo Mateus, datado de 21/01/2021, está autorizado, no âmbito do Mestrado em Ciências Policiais, do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna, a realizar a investigação académica no Estabelecimento Prisional de Tires.

Considerando o interesse do projeto, este estudo, foi autorizado, mediante as seguintes condições:

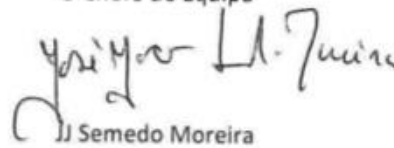
- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção do Estabelecimento Prisional, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;
- o desenvolvimento do estudo esteja sempre dependente da disponibilidade das reclusas para colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação;
- o investigador fique obrigado a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia ao Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas.



A calendarização do início do estudo e a sua realização estarão sempre condicionados pelo evoluir da crise de saúde pública decorrente da Covid 19. Crise que poderá, inclusivamente, obrigar à necessidade de interromper o estudo. Nunca se podendo iniciar no atual período de estado de emergência e de dever de confinamento.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Equipa



JJ Semedo Moreira

ML/2021

Anexo 3 – Esboço entrevista

1. Dados biográficos	
2. Histórico Familiar	-Composição do agregado familiar - Presenças frequentes em casa no ambiente familiar; - Vivências (características emocionais/ estabilidade/suporte)
3. Descreva a sua Infância numa palavra e explique	
4. Percurso Escolar	- Como foi o seu percurso escolar;
5. Grupo de pares	- Como era a relação com os seus amigos, ao longo da sua vida (infância/adolescência/idade adulta)
6. Relacionamentos	- Primeiro relacionamento; - Outros relacionamentos marcantes;
7. Experiências e memórias relevantes	
8. Boas Memórias	Recorde a melhor memória ao longo da sua vida, pode-me dizer como se sentiu nesse momento?
9. Más memórias	Recorde a pior memória ao longo da sua vida, pode-me dizer como se sentiu nesse momento?
10. Perdas	Lembra-se de alguma perda que tenha tido ao longo da vida e que a tenha marcado profundamente? O que sentiu nesse momento?
11. Maus tratos	Durante a sua vida, alguma vez foi vítima de maus tratos?
12. Abusos	Durante a sua vida, alguma vez foi vítima de abusos?
13. Diga-me o que aconteceu para cometer este crime / ou para ter sido condenada.	
14. Conseguir perceber o que aconteceu para chegar aqui (Estabelecimento Prisional)	

Anexo 4 – Formulário de Consentimento Informado

FORMULÁRIO DE CONSENTIMENTO INFORMADO
E GRAVAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu, _____ (Código)

_____ concordo em participar, de forma voluntária, no estudo “Historicidade da Mulher detida pelo crime de homicídio”, desenvolvido pelo aluno Tiago Sanchez Jorge, no âmbito do Mestrado em Ciências Policiais, na vertente de Criminologia e Investigação Criminal no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Antes da minha participação foi-me facultada uma explicação integral da natureza e objetivos do estudo e, dada a possibilidade de colocar qualquer dúvida que pareça pertinente. Sei também que a qualquer momento poderei retirar-me, caso não queira prosseguir a entrevista.

Neste sentido, declaro que autorizo o investigador referido acima, a utilizar os dados da entrevista através da gravação de áudio, apenas para os efeitos da investigação científica, consoante os princípios de confidencialidade e anonimato.

Declaro que compreendi todas as condições relativas à participação neste trabalho de investigação, na qual não procurarei restringir o uso dos resultados para os quais o estudo se dirige.

Tires, ____ de _____ de _____.

Assinatura da participante

Assinatura da investigadora

(Tiago Sanchez Jorge)

Anexo 5 – Declaração de Consentimento de participação na entrevista



DECLARAÇÃO

Eu, _____, nº _____,

reclusa no EP Tires, participante na Investigação de Mestrado em Ciências Policiais na vertente de Criminologia e Investigação Criminal do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, autorizada pelo Sr. Diretor-Geral da DGRSP, declaro que autorizo a recolha de voz para o referido estudo.

EP Tires, 08/07/2021

A Declarante
